

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 7 de março de 2023 - Ata n.º 11.

Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Alexandre Curi** (1.^º Secretário) e **Maria Victoria** (2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **11.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à nossa 2.^a Secretária, Deputada Maria Victoria, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^a 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria - PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 10.^a Sessão Ordinária, de 6 de março de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Alexandre Curi, 1.^º Secretário, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi - PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: **Mensagem n.º 12/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 90/2023) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a efetuar a doação ao município de Foz do Iguaçu do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 13/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 91/2023) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Morretes do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 14/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 92/2023) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Palmas do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 15/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 93/2023) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de São Pedro do Iguaçu do imóvel que especifica; e **Mensagem n.º 16/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 94/2023) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Paranacity do imóvel que especifica. É o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa da Prefeita de Astorga, Sr.^a Suzie Aparecida Zanatta, por solicitação da nossa Deputada Maria Victoria; e do Vereador de Prudentópolis, Sr. Éder da Saúde, por solicitação do Deputado Tiago Amaral. E também esta Presidência registra a presença do Vereador de Francisco Beltrão, Silmar Gallina. Sejam todos bem-vindos, com os empresários que lhes acompanham na nossa Casa. Vamos ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Tercilio Turini.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Deputados, venho a esta tribuna hoje trazer uma preocupação de alguns produtores rurais que me procuraram no último final de semana, especialmente pequenos produtores. É que tem uma Resolução do Confaz, do Conselho Nacional de Política Fazendária, uma Resolução recente que estabelece que, a partir do dia 1.^º de julho deste ano de 2023, a nota fiscal do produtor rural só poderá ser emitida de forma eletrônica. Olha, estamos a quatro meses do dia 1.^º, menos de quatro meses do dia 1.^º de julho. É um período muito curto! Como é que o produtor rural emite a nota fiscal hoje? Ele vai até a Prefeitura, ele tem um cadastro da propriedade e na Prefeitura ele recebe um bloco de notas. Ele determina se ele precisa para aquele mês ou para aquele semestre de 10 notas, de 20 notas. Hoje, toda a comercialização que o produtor faz tem que ter uma nota fiscal. Para vender uma caixa de quiabo, uma caixa de batata ou para vender lá um caminhão de qualquer mercadoria, ou também se ele está vendendo um animal, ele precisa da nota fiscal do produtor. E, lógico, sabemos que as tecnologias hoje estão cada vez mais presentes no campo, mas sabemos também que existe em alguns locais ainda limitações, que não temos em todos os locais a Internet. Como é que ele vai emitir a nota do produtor por via eletrônica se ele está em um local distante, que ele não tem condições de ela ser encaminhada? E para ser transportado precisa, porque em qualquer fiscalização pode ser barrado. E também, hoje, se ele for vender no mercado, for vender na feira, qualquer local em que ele for vender o seu produto, o outro comerciante não vai comprar porque há a necessidade da nota do produtor. Lógico que esse é o caminho, o caminho é esse. Vai chegar um momento em que 100% dos produtores rurais vão ter que emitir a nota de forma eletrônica. Aliás, já é autorizado hoje aqui no Paraná, ele pode fazer a emissão da nota eletrônica, mas menos de 0,5% hoje dos produtores rurais emitem a nota fiscal do produtor de forma eletrônica. Santa Catarina, que é o estado mais avançado na emissão de nota fiscal de forma eletrônica, que eles vêm trabalhando desde 2016 em uma conjunção de esforços lá da Secretaria da Agricultura, da Secretaria da Fazenda, os órgãos que representam os produtores, e em praticamente sete anos eles chegaram à metade dos produtores que estão

emitindo a nota fiscal de forma eletrônica. Não sou contra. O que queremos... E aqui vou encaminhar amanhã um expediente para o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná para saber *em que pé está* isso. A informação que temos é que, como o Confaz é o órgão que representa todos os Secretários da Fazenda, em breve vai ter outra reunião, que faça isso de forma gradual e neste primeiro momento, no transcorrer deste ano de 2023 seja opcional. O que nós queremos é que o produtor rural hoje – e todos eles emitem a nota do produtor – possa comercializar os seus produtos agropecuários de forma segura e eventualmente o produtor, se ele estiver em um local que não tem Internet, ele pode ser prejudicado na comercialização. Embora... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Turini, por favor, para concluir.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Embora o pessoal esteja colocando que vão desenvolver um aplicativo e que esse aplicativo resolveria o problema. Mas é importante irmos devagar, a tecnologia é importante, mas temos que dar segurança para o homem do campo, principalmente para o pequeno produtor. Vamos fazer um expediente e deixar à disposição das Sr.^{as} e dos Sr.^s Deputados que quiserem assinar para o dia de amanhã. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados e Sr.^{as} Deputadas, vou neste momento responder a uma *questão de ordem* que foi levantada aqui na semana anterior, na minha ausência. Portanto, peço a atenção dos Sr.^s Deputados e Deputadas. Na Sessão Plenária de 27 de fevereiro de 2023, houve questionamentos durante o expediente por parte do Deputado Jacovós, em que relatou preocupação por estarem sendo publicadas matérias jornalísticas em que Deputados que compunham a Frente Parlamentar de Encerramento dos Contratos de Pedágio continuavam a se apresentar como líderes desse colegiado que já foi extinto. Solicitou ainda que a Mesa resolva com urgência os Requerimentos de criação de Frentes protocolados nesta Legislatura. Logo após, o Deputado Arilson Chiorato fez uma questão de ordem similar, relatando que

protocolou dois Requerimentos de prorrogação da Frente Parlamentar que funcionou na Legislatura passada, solicitando a reabertura da estrutura. Preocupações semelhantes ainda foram expostas no expediente da Sessão pelos Deputados Denian Couto e Hussein Bakri. Consultando os documentos protocolados, verifica-se que existem três Requerimentos pendentes de deliberação, todos com o objetivo de instalação de Frentes Parlamentares relacionadas ao pedágio. Na data de 23 de janeiro deste ano, o Deputado Arilson e mais 14 Deputados subscreveram um Requerimento solicitando a prorrogação das atividades da Frente Parlamentar, nos termos do parágrafo único do art. 7.º da Resolução n.º 17, que rege a matéria. Em 1.º de fevereiro de 2023, na data da abertura da nova Legislatura, às 14h53, o Deputado Jacovós protocolou pedido para acompanhamento dos novos contratos de concessão de pedágio na Legislatura de 2023 a 2026, com um total de 13 assinaturas; na mesma data, às 15h41, foi enviado para protocolo mais um Requerimento de autoria do Deputado Arilson Chiorato, subscrito por um total de 11 Deputados, que solicita mais uma vez a continuidade da Frente, já contando com a nova formação de Deputados Estaduais. Fundamentação. A resolução do questionamento exige a revisitação do histórico dos Requerimentos apresentados com esse fim e análise das regras sobre o tema, consolidadas na Resolução n.º 17, de 14 de dezembro de 2016. Ainda na Legislatura passada, o primeiro pedido foi solicitado por meio do Requerimento n.º 1295/2019, protocolado em 3 de abril de 2019, que foi encabeçado pelo Ex.^{mo} Sr. Deputado Arilson Chiorato, em que se requereu a constituição da Frente Parlamentar para o Acompanhamento da Execução das Obras e do Encerramento dos Contratos de Pedágio. Além do proponente, assinaram o documento os Deputados Professor Lemos, Luciana Rafagnin, Delegado Jacovós, Requião Filho, Dr. Batista, Tadeu Veneri, Michele Caputo, Boca Aberta Júnior, Paulo Litro, Goura e Soldado Adriano José. Os Parlamentares justificaram a criação por entenderem que desde 97 apenas seis empresas eram responsáveis por administrar as rodovias federais no Paraná, o chamado Anel da Integração. De acordo com eles, os pedágios do Estado sempre foram motivo de controvérsias, notadamente pelo alto preço das tarifas, o que prejudicava os

usuários e comprometia a competitividade da economia do Paraná. Além dos valores exorbitantes, a fiscalização deveria ser mais bem realizada pelo Poder Legislativo, pois as obras que estavam previstas nos contratos não foram executadas e havia indícios e denúncias de superfaturamento e pagamento de contratos fictícios. Em conformidade com o disposto no §5.º do art. 2.º da Resolução n.º 17/2016, o processo foi encaminhado para a Diretoria Legislativa para emissão de parecer técnico opinativo. O arrazoado de lavra do setor técnico bem apontou que o Requerimento estava de acordo com as regras atinentes às Frentes Parlamentares, mas ressalvou que o objeto da Frente tinha alto potencial de colidir com os temas tratados pela Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação. Nesse sentido, vale destacar que o §4.º do art. 2.º da Resolução n.º 17/2016 veda a criação de Frente com denominação ou objeto igual ou semelhante a tema tratado por Comissão Permanente. Para evitar os conflitos, a regulamentação ainda prevê, na parte final do §5.º do mesmo art. 2.º, que a criação da Frente está condicionada à autorização por maioria dos membros das Comissões Permanentes com as quais se possa verificar eventual semelhança, sobreposição ou colidência temática. Com base nessa interpretação, a Diretoria Legislativa remeteu o processo à Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação para que opinasse acerca de eventual colidência dos objetos. No seu parecer, o Relator do processo compreendeu que a Frente adentrava nas competências da Comissão Permanente, mas optou por aprovar o Requerimento de constituição por concluir que o trabalho paralelo e específico auxiliaria o Legislativo no tratamento da relevantíssima matéria. O parecer foi então aprovado na reunião de 27 de maio de 2019 por unanimidade dos membros da Comissão de Obras. Após as publicações e os trâmites necessários por meio do Ato do Presidente n.º 8/2020, a Frente Parlamentar de Encerramento dos Contratos de Pedágio foi finalmente instalada e iniciou o reconhecimento, trabalho de fiscalização e proposição de solução sobre o tema. Em janeiro de 2023, ainda antes da posse dos novos Deputados componentes da atual Legislatura, houve protocolo de novo Requerimento com o objetivo de prorrogar as atividades da Frente Parlamentar, como relatado. De antemão, deve-se dizer que tal

Requerimento não pode ser deferido, pois foi protocolado na Legislatura passada, constantes como signatários diversos Deputados que não fazem mais parte da atual Legislatura, como por exemplo os Deputados Plauto Miró, Boca Aberta Júnior, Tião Medeiros, Michele Caputo e Tadeu Veneri. Ademais, o Requerimento previa a prorrogação de uma Frente que visava fiscalizar obras e avaliar o encerramento dos contratos de pedágio. É cediço que, em 21 de novembro de 2021, ocorreu o término dos contratos de pedágio então vigentes no Paraná dentro daquilo que se chamou de Anel de Integração, e que todas as cancelas dos pontos de pedágio estão desde aquele momento abertas e livres de qualquer tipo de cobrança. Dessa forma, o Requerimento de prorrogação perdeu o objeto. Restaram, portanto, os dois Requerimentos protocolados nesta Legislatura, um do Deputado Delegado Jacovós e outro mais uma vez protocolado pelo Deputado Arilson Chiorato. Para se resguardar a segurança jurídica dos atos que serão praticados, não se pode ter duas estruturas trabalhando concomitantemente, devendo apenas uma delas estar em funcionamento. Dessa forma, antes mesmo de analisar o critério de temporalidade e o exame do conteúdo de cada documento, determino que a Diretoria Legislativa encaminhe os protocolos para a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação a fim de que essa coloque em deliberação a sua autorização, na forma do que dispõe o §5º do art. 2º da Resolução n.º 17/2016. Tal medida é necessária para que se mantenham os procedimentos já adotados na Legislatura passada. Deve-se frisar que a decisão da Comissão Permanente deve ser feita com antecedência, pois os demais critérios de admissibilidade sofrerão mudanças a depender dessa deliberação. Esta Presidência ressalta que, independentemente de qual será a Frente instalada, reconhece a relevância dos trabalhos dos Deputados na discussão de questões atinentes aos pedágios nas rodovias do Estado e se compromete a disponibilizar a estrutura necessária. Por fim, também relembra que cada Parlamentar, mesmo não sendo integrante de qualquer grupo de trabalho, pode e deve usar da estrutura de seu gabinete para promover estudos e propor soluções para os problemas do Paraná. Conclusão. Pelo exposto, determino que a Frente Parlamentar de Encerramento dos Contratos de Pedágio criada na

Legislatura anterior deve ser considerada como extinta, não podendo seus membros se apresentarem como atuais integrantes da estrutura desfeita. O Requerimento de prorrogação protocolado na Legislatura passada, de autoria do Deputado Arilson, deve ser arquivado em razão da perda de objeto. Os requerimentos protocolados no dia 1.^º de fevereiro deste ano devem ser encaminhados à Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, a fim de que coloque em deliberação a sua autorização, na forma do que dispõe o §5.^º do art. 2.^º da Resolução n.^º 17. Após a deliberação da Comissão Permanente, retorne-se a esta Presidência para nova deliberação. Encaminho cópia da resposta à questão de ordem ao Líder do Governo e ao Líder da Oposição, Deputado Arilson. Ou, melhor, não ao Líder da Oposição, mas ao Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): *Questão de ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, o senhor sabe do respeito que tenho a V.Ex.^a e a todos os membros aqui da Casa, mas não tenho como não me manifestar sobre essa aberração, esse atropelamento do Regimento feito nesse parecer conduzido pela Mesa na figura de V.Ex.^a. Tivemos tratativas ao longo do tempo sobre a Frente Parlamentar do Pedágio, inclusive antes do dia de extinção da mesma, que era 31 de janeiro. A Frente não perdeu o objeto, engana o parecer. A Frente teve o objeto alterado - no início ela tratava sobre os contratos que iriam terminar e foi alterada para Frente Parlamentar sobre os Pedágios, inclusive com a incorporação dos novos modelos de pedágio. O parecer está viciado, não contempla a segunda fase. Primeiro ponto. Segundo ponto, no dia 23 de janeiro, de acordo com a previsão contida no §2.^º do art. 7.^º da Resolução n.^º 17/2016, no ato do protocolo o Requerimento preenchia os critérios da Resolução para a criação de Frente Parlamentar..., continuidade da Frente Parlamentar, melhor dizendo. Dez Deputados reeleitos, que é o mínimo obrigatório; quatro partidos representados, mais do que 1/5 exigido na Legislatura

anterior, que falava de 11 partidos. Olhe o teor do art. 7.º, Presidente: *O prazo de funcionamento da Frente Parlamentar não pode exceder o período da Legislatura na qual foi criada. Parágrafo único. Finalizado o processo estipulado no caput deste artigo e havendo interesse em dar continuidade às suas atividades, deverá ser protocolado um novo termo de adesão, na forma do art. 2.º desta Resolução.* A continuidade tem preferência sobre a criação da nova Frente. Esse é o principal fundamento. Outro ponto que queria esclarecer a V.Ex.^a. Não tendo resposta no tempo hábil, foi protocolizado no dia 23 de janeiro, encerrou-se o ano legislativo no dia 31 e não tive respostas, fui obrigado a fazer um novo protocolo, um protocolo que inclusive no dia 31 mandei mensagem para todos os Deputados assinarem. E aqui está o desvio dentro do Regimento, o abuso legislativo aqui nesta Casa! Quero que a imprensa filme isto daqui. O meu protocolo, inicia-se a assinatura no dia 1.º/2/2023, às 11h08. Onze horas e oito minutos! A décima assinatura, da Deputada Ana Júlia, dá-se aqui, às 12h19. No protocolo do Deputado Jacovós é feita a primeira assinatura às 13h55; a última assinatura, que é do Deputado José Gilberto do Carmo Alves Ribeiro, às 14h52. Quando começaram o protocolo, o meu já tinha o quórum atendido. O protocolo do Deputado Jacovós, feito o protocolo formal, como diz o despacho de V.Ex.^a, despacho abusivo, é às 14h53. Aqui quero fazer um desafio a V.Ex.^a, Deputado Traiano: Nenhum de nós estávamos naquele momento Deputados ainda. O meu protocolo final, ou seja, já tinha combinado, já tinha feito, preenchido os requisitos ao 12h10, com a Deputada Ana Júlia, o protocolo nosso é às 15h41. Sabe por que, Deputado Traiano? Porque V.Ex.^a começou a posse às 13h45 e a posse acabou às 15 horas. Pode procurar nos anais da Casa. Os Deputados foram empossados nessa hora. O Deputado Jacovós, ao finalizar o protocolo, não era Deputado ainda. E fiz isso depois da posse, mas já tinha preenchido. Agora, se é para usar a lei para os amigos e para os inimigos o rigor da lei, temos que mudar a discussão aqui na Casa. Sempre respeitei todos aqui nesta questão da Frente Parlamentar, sempre falei que não era de esquerda, não era de direita, não era de Governo e nem contra Governo, agora uma atitude deste tipo me faz ficar muito triste com tudo isso. É uma interferência direta do Palácio do Iguaçu. Vou parar por aqui porque

eu tinha que falar só do mérito e não quero entrar na questão... Perdão, só da questão jurídica, que falei até agora, e o mérito vou usar todos os tempos que precisar hoje, inclusive, se me cederem o tempo, vou usar todos os horários para debatermos a verdade aqui dentro. Não vou começar uma guerra e ser tirado dela por causa de manobra jurídica regimental aqui dentro. Vocês querem calar a voz do pedágio, podem calar, mas vão ter que assumir a defesa do pedágio caro de R\$ 25,00, de 15 novas praças, de 35 anos aqui dentro. Se é isso, tudo bem! E caso eu não fique com a Frente, não vou parar a minha luta. Para ir lá conversar com o Ministro da Casa Civil, vou como Presidente do PT também; para ir lá falar como Ministro dos Transportes, vou lá. E se precisar tenho horário para falar com o Presidente Lula sobre tudo isso. Mas, manobra aqui dentro faz ridicularizar o papel desta Casa. É triste o que estou vendo! Não queria ver isto. Passaram do limite. E hoje, de verdade, vou parar de tratar iguais os desiguais. Os desiguais precisam ser tratados de outra forma. Desculpe o desabafo!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, não sei se V.Ex.^a vai falar antes. Fique à vontade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, primeiro o apreço que tenho por V.Ex.^a é inquestionável. Vossa Excelência sabe perfeitamente disso. É um excepcional Parlamentar, estudioso, tem todos os seus méritos, fez um grande trabalho enquanto a Frente Parlamentar teve o seu tempo, e isso é reconhecido por todos os paranaenses e por esta Casa. Agora, quero que V.Ex.^a compreenda, aqui não há manobra, estou cumprindo o que determina o Regimento Interno desta Casa, que é a Bíblia do Poder Legislativo. Não é invenção, não há inovação, é aquilo que realmente está escrito no nosso Regimento. Em relação a horários, a abertura da coleta, abre-se às 11 horas. Isso não significa dizer horário de protocolo. O que vale é o horário final do protocolo, não apenas a abertura da adesão dos Sr.^s Deputados. Vossa Excelência abriu às 11 horas da manhã, procede, mas não protocolou no horário que é estabelecido aqui por esta Mesa Executiva. Não houve nenhuma invenção em relação à posse, por ter iniciado alguns minutos posteriormente. Pelo contrário, as Sessões

normalmente, hoje mesmo iniciamos com um tempo bem além do tempo regimental. Agora, há um prazo regimental para que se protocolem os requerimentos e, como Presidente da Casa, V.Ex.^a sabe muito bem que em muitas decisões de questões de ordem já decidi favoravelmente à Oposição. Tenho o mesmo, dou o mesmo peso e o mesmo valor à Oposição quanto à Situação, desde que possam estar cobertos por aquilo que determina o nosso Regimento Interno. Então, espero que V.Ex.^a possa compreender que não há nenhuma inovação, não há invenção, não estou fazendo aqui serviço e não me presto a isso, ao Governo do Estado do Paraná, estou cumprindo aquilo que está estabelecido no nosso Regimento. Aliás, é critério, é critério submeter à Comissão de Obras, está no Regimento. Ela se manifestou na Frente Parlamentar anterior e foi favorável, porque não havia nenhum questionamento. Preciso usar a mesma regra, aquilo que está estabelecido no Regimento Interno. Portanto, V.Ex.^a e outros Deputados que pertenceram à Frente hoje são membros da Comissão de Obras e poderão com certeza opinar, participar e juntos decidirem, tomar uma decisão. Quem sabe essa Frente possa novamente prosperar, mas com o aval de todos. Quero que V.Ex.^a compreenda, porque protocolar um Requerimento em janeiro, fevereiro ou dezembro com assinaturas de Deputados que ainda não haviam tomado posse não tem a legitimidade. Vossa Excelência tem que compreender isso. Peço a sua compreensão, a sua grandeza, como sempre teve, de entender esta nossa resposta de questão de ordem. Aliás, tenho certeza, sempre disse isso com muita propriedade, a insatisfação pela não resposta que talvez satisfaça, há outros caminhos legais para que possamos dirimir essas dúvidas. Pois não, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O senhor acabou de fazer referência que não valeria o primeiro Requerimento que eu fiz, protocolizado com 10 Deputados eleitos, porque eles não tinham tomado posse. Se for nessa linha de decisão que V.Ex.^a toma, as outras também não valiam, porque até às 14 horas daquele dia ninguém tinha tomado posse. O senhor tem duas análises sobre o mesmo processo, uma favorável ao Governo e outra contra aqui ao que coloquei. É direito de V.Ex.^a escolher a linha de análise, agora mantenha uma só,

Presidente. Está ficando confuso, o senhor não está conseguindo explicar. Acho que o senhor deveria entregar a Frente Parlamentar de vez para o Governo. Faz o serviço inteiro! Não vai jogar para a Comissão de Obras, entregue inteiro lá! Acho que tem que ser assim, porque não tem isso. Vocês não estão conseguindo explicar, gente! Está ficando feio. Por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, vamos lá. Vou lhe explicar. Vossa Excelência, mesmo não tendo tomado posse, assinou um Requerimento aqui às 11 horas da manhã. Então, não procede o seu questionamento.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Protocolei depois da posse. O único que protocolou depois da posse fui eu, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, não, V.Ex.^a protocolou às 11h08, mesmo não tendo tomado posse.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): É a linha de defesa do senhor para anular o primeiro Requerimento. O senhor anulou o primeiro Requerimento porque ninguém tinha tomado posse.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A questão de ordem está respondida.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Não está respondida, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência, se entender...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Querido Presidente, olhe para mim, Presidente. Olhe para mim, Presidente. O senhor sabe que não está protocolizado nenhum deles, a não ser esse com as posses tomadas. Vou pedir uma gentileza, como tenho um bom trato com V.Ex.^a: Volte, faça um exame sobre tudo isso. O senhor vai ver que não é verdade o que está escrito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passei a semana analisando isto, Deputado Arilson. Quero ser criterioso, jamais tomaria qualquer decisão ferindo o princípio básico deste Parlamento, que é o cumprimento daquilo que está escrito no nosso Regimento Interno, que, aliás, talvez os novos não tenham participado, mas os antigos todos puderam participar e escrever o Regimento Interno. E é exatamente baseado e alicerçado por aquilo que está escrito no Regimento que tomamos a decisão. Então, considero a nossa questão de ordem tomada. Tem a questão ideológica, não vamos discutir, V.Ex.^a tem toda razão.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Última questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Por que não se respondeu o primeiro Requerimento, feito no dia 23 de janeiro, até o encerramento do dia 31? Por que V.Ex.^a não respondeu?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, está respondido aqui no Requerimento. Está respondido na minha questão de ordem. Está respondido sobre o seu Requerimento protocolado em dezembro.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Aqui, olha, por esta Casa publicado, de mudança do objeto da Frente Parlamentar, que V.Ex.^a omite no parecer. Está aqui, *site* da Assembleia do Estado. Não é o Arilson, é o *site* da Assembleia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vossa Excelência faz uma alegação de alteração da Frente. Esta Presidência em nenhum momento tomou conhecimento desse documento. Eu não conheço. Eu não conheço.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): É Assembleia, é Assembleia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, eu não conheço.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O senhor é o Presidente, está no site da Assembleia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não! Até mim não chegou esta alteração.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Então, vou ser punido porque a alteração não chegou ao senhor?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, estou aqui respondendo em cima de documentos...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Está no Diário Oficial, Presidente. Tem o número aqui do Diário Oficial.

DEPUTADO HUSSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, enquanto isso, permita-me. Enquanto vocês vão dirimir as dúvidas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO HUSSSEIN BAKRI (PSD): Inclua-me fora disso. Não sei por que essa sagacidade em envolver o Governo neste episódio. Quero colocar o meu ponto de vista aqui, porque se assim fosse, se assim fosse talvez V.Ex.^a nem seria o Presidente da Frente Parlamentar por dois anos, com o apoio de todos os Deputados da base. Não é assim. Nós respeitamos o seu papel, como Líder participei de diversas ações que V.Ex.^a e os demais membros fizeram. Portanto, tirem da cabeça que existe essa preocupação por parte do Governo Ratinho Júnior. O Governo Ratinho Júnior respeita o Parlamento. E digo mais, Sr. Presidente: V.Ex.^a durma o sono dos justos. Não é, Nelson Justus? Porque do ponto de vista jurídico a decisão de V.Ex.^a está corretíssima. A questão política, aí cada um vai pensar do jeito que quiser, mas do ponto de vista jurídico parabéns, é nota dez. Quanto à questão dos horários, V.Ex.^a deixou bem claro, porque é o que resta agora, a discussão em torno do horário. Nós temos aqui o horário de protocolo: Deputado Jacovós, 14h53, que é o que vale; e da Oposição, 15h41.

Não resta dúvida nenhuma quanto a este fato. Mas ainda assim V.Ex.^a está dando à Comissão, que inclusive V.Ex.^a faz parte, o Deputado Romanelli faz parte, o Deputado Jacovós faz parte, entre outros Deputados aqui, e ela vai poder dirimir, conversar. Agora sugiro, se ainda houver espaço, se ainda houver ânimo e desejo, que possamos fazer com que essa causa do pedágio saia do campo político e entre no interesse dos paranaenses. Está na hora! Agora está na hora de todos os interesses aqui de todos os atores, inclusive dos Deputados que foram lá ontem. É verdade, V.Ex.^a não precisa fazer parte da Frente Parlamentar, V.Ex.^a é o Presidente do Partido que governa o País. Não precisa! Acho que tem razão. Mas sei que neste momento está se discutindo a Frente. Agora, quero concluir a todos aqui, está mais do que na hora agora de sentarmos. Por que não tentar construir uma Frente mista, sei lá, um Presidente e um Relator? Não sei se pode, mas, enfim, a decisão cabe aqui à Comissão de Obras. Mas, V.Ex.^a está fazendo o correto e o justo. Assim, se fosse o contrário ao nosso desejo, diria a mesma coisa para V.Ex.^a.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Encerrando a discussão, devo dizer mais uma vez ao Deputado Arilson, seu Requerimento do mês de dezembro...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): De janeiro, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, tem um de dezembro, não é isso? Janeiro e fevereiro. Está sendo respondido na minha questão de ordem, porque esta Presidência, se houver a manifestação da Comissão de Obras favorável à possibilidade de uma nova Frente, tem dois Requerimentos em apreciação. Estou cumprindo o Regimento. Se a Comissão de Obras se posicionar e se manifestar por este ou aquele, a Presidência implanta. Não está na nossa alçada, estou respeitando o que está dito no Regimento da Casa e valorizando o trabalho das Comissões Permanentes da Casa.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, por que não podemos fazer então e dar um fim na Resolução n.^o 17/2016? A Resolução escrita e alterada pelo

Dylliardi, nosso competente colega, está dizendo no seu art. 7.º que o prazo de funcionamento da Frente Parlamentar não pode exceder o período da Legislatura na qual foi criada, salvo, salvo, finalizado o prazo estipulado no *caput* deste artigo, devendo o interesse de dar continuidade às suas atividades, deverá ser protocolado novo termo de adesão, na forma do art. 2.º. Contemplei na data com o número mínimo de Parlamentares necessários, extrapolei o número de Partidos e fiz o completo, agora V.Ex.^a não analisa o processo e ainda não considera que foi alterado o objeto da Frente Parlamentar, o que foi publicado em Diário Oficial, porque o senhor não tinha conhecimento! Estou sendo, Presidente, prejudicado. Peço a V.Ex.^a, faça uma reanálise deste processo. O senhor vai cometer um equívoco e tudo o que temos construído aqui no Regimento pode ser abalado por um gesto, um gesto ruim que vem do outro lado da rua.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, devo lhe responder da seguinte forma. Vossa Excelência está colocando aqui a nossa capacidade de entendimento e de toda a nossa equipe da área jurídica como se estivéssemos rasgando o nosso Regimento Interno e só prevalece o que V.Ex.^a apregoa. Sou um homem que sempre procurei aqui, como Presidente, construir pontes. Acho que esta discussão pode evoluir. Como já disse, estou respondendo tecnicamente, juridicamente uma *questão de ordem*. Agora, se a Comissão de Obras entender que é possível construirmos uma Frente nova, ela vai decidir. Não é o Presidente quem decide. Estou respeitando o que está escrito no Regimento Interno. E a Comissão de Obras que tem que se posicionar, como se posicionou na Frente anterior. Se ela não tivesse dado o aval à Frente anterior, ela não teria acontecido. E repito mais uma vez, o trabalho feito pela Frente foi excepcional. É verdadeiro! Avançou, construiu, reuniu a sociedade. E esta Casa deu apoio total e integral para que a Frente pudesse desenvolver esse trabalho. Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, não dá para levar para a apreciação do Plenário? O Plenário não pode escolher uma das Comissões?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Cobra, não cabe a *questão de ordem*. Aqui estou valorizando o trabalho das Comissões Permanentes da Casa. Essa é a decisão.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, apenas para contribuir com o debate. Reforçar que a posição e a decisão de V.Ex.^a é hígida e correta do ponto de vista jurídico. Não há contestação. E todo o debate aqui feito, se deve valer o Requerimento que foi protocolado primeiro ou protocolado *a posteriori*, não é objeto deste momento do debate. Essa discussão caberá, conforme deliberação da Mesa Diretora, à Comissão de Obras desta Casa. Estamos avançando o sinal, Deputado Chiorato, de um debate que sequer agora cabe à Mesa. A Mesa, ao transmitir à Comissão de Obras a decisão sobre qual dos Requerimentos vale ou se vale algum dos Requerimentos, isso é *a posteriori*. Neste momento há de se reconhecer a higidez e a postura absolutamente correta da interpretação a ser dada pelo Regimento da Casa. Vossa Excelência está correto, no meu modo de ver, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Muito obrigado, Deputado Denian. Vamos ao horário do Pequeno Expediente, Deputado Doutor Antenor, pelo PT.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Minha saudação a todas e todos presentes. Eu discorreria sobre a atuação do Centro Acadêmico Marco Antonio Zago, referente ao curso de Medicina na Unicentro, mas não vou fugir desse debate, desse embate relativo aos pedágios no Estado do Paraná. É importante o posicionamento do Deputado Arilson, como é importante do Presidente desta Casa, mas temos que tirar o debate daqui. Arilson, companheiro, é contigo. Temos que levar para o Paraná afora esse embate. Não pude antes estar aqui, porque estava preso em um engarrafamento. Realizei minhas atividades médicas em

Guarapuava cedo e saí. E fiquei aqui com vontade de vir, porque tinha que me posicionar com relação ao curso de Medicina. Mas temos que mobilizar o Estado do Paraná inteiro. E temos que fazer por forma comparativa. Chega de passar, jogar embaixo do tapete aquilo que ocorre às vezes ao lado, para sustentar nos discursos ideológicos. Aí sim uma ideologia neoliberal, uma ideologia que dificulta a vida do povo do Paraná e que tem nos seus transportadores às vezes as maiores vítimas, porque muitas vezes o posicionamento do político é o alvo da vida dos trabalhadores. E o transporte, que sempre se posicionou na maioria das vezes a favor da direita, a favor dos “*Bolsonaros da vida*”, não sabe, às vezes nem uma análise profunda daquilo que ocorre neste País. Lembrem quando vocês viajam a Santa Catarina, façam um exercício e pensem como funciona o pedágio naquela região. Duplicado, e o custo quanto é? Eu muitas vezes perguntava: Como que as pessoas não sabem? E vou dar o nome aqui, em homenagem ao 8 de março, de quem negociou, quem esteve à frente, a Chefe da Casa Civil do Ministro Lula. Muitas vezes injustiçada País afora, cassada por pedaladas fiscais, injustiçada pela questão de gênero, injustiçada por ser mulher, mas ela foi e negociou, demonstrou como é que se faz. Foi a Dilma Rousseff quem esteve à frente das negociações do pedágio nessa região da 101, especialmente em Santa Catarina, e que nos assustávamos, porque aqui quem passava pelas nossas estradas, os trabalhadores em geral do transporte, os autônomos sufocados, destruídos, arrebatados, deixando seus míseros cobres para que concessionárias ficassem cada vez mais ricas. É preciso ir, então, companheiro Arilson, a cada município. E me disponho na organização. E que o senhor vá se posicionar, que outros companheiros Parlamentares vão se posicionar, vão dizer por que, por que esta luta. Nessa parte de organização da nossa região, coloco-me à disposição, porque se tem alguém que lutou a vida inteira e correu contra a corrente colocada pelos políticos poderosos, na minha região o fiz com muita dedicação. Com o trabalho daquilo que sustentamos na nossa ideologia, que é o trabalho de base, que é estar junto da população. Medicina me mostrou muitos caminhos, mas a militância me mostrou mais, porque quando a escutamos - o nosso povo -, sabemos quais os caminhos são. Temos que nos mobilizar, como

estão as companheiras hoje se mobilizando, gritando na luta pela terra, nesta jornada maravilhosa das mulheres do *Movimento Sem Terra*. Precisamos ter essa coragem profética de dizer o que ocorre aqui no Estado do Paraná. Chega de virmos para cá e às vezes nos perdemos exclusivamente nos trâmites, na visão da lei dura e crua, mas que se esquece do nosso povo. Então, posicione-me aqui com paixão, com meu coração. E lá em Guarapuava, se for preciso, companheiro, lá na região nossa nos mobilizamos e você vai até lá. É preciso agigantar este debate, é preciso mobilizar a sociedade. Chega de ficar restrito. Não é todo mundo que vê, que assiste a TV da Assembleia Legislativa. Não é todo mundo! Então, precisamos ter esta coragem. Temos que ir até o povo, companheiro. E assim me posicione. Agradeço. Amanhã vou falar sobre mais três temas que havia escolhido para discorrer, em especial esses companheiros, esses lutadores da Medicina. Lá em Guarapuava os estudantes de Medicina, especialmente o pessoal do Centro Acadêmico da Medicina, que se posicionou, que conquistou o direito de que o curso lhe dê as possibilidades de aulas práticas de Medicina. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Gilson, pelo PL.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, o que me traz à tribuna nesta tarde é apenas fazer três registros importantes. O primeiro deles é a respeito do nosso amigo, uma pessoa muito competente, o Tenente-Coronel Dorico Gabriel Borba, que assumiu, na manhã desta segunda-feira, o comando do 6.^º Grupamento de Bombeiros, com sede no bairro Afonso Pena, em São José dos Pinhais. Tive a honra de participar dessa solenidade de passagem de comando, onde o nosso amigo Dorico Borba assumiu, então, esse comando. Esteve presente o Comandante do Corpo de Bombeiros Militar do nosso Estado, Cel. Manoel Vasco de Figueiredo Junior, o Comandante do 1.º Comando Regional de Bombeiro Militar, Gilberto Gavlovski, entre outras autoridades. E também parabenizar o Comandante Guimarães, que fez um grande trabalho à frente desse Comando e que agora estará assumindo o Comando de Ponta Grossa. Então, queremos desejar sucesso para o

Comandante que deixa e muito sucesso para o Comandante Tenente-Coronel Dorico Gabriel Borba. E também registrar aqui que o nosso amigo Vereador Deimeval Borba, que era Presidente da Câmara, assumiu a Secretaria de Infraestrutura no município de Morretes. Também desejando a ele muito sucesso. Trata-se de uma pessoa muito competente e que tem feito um grande trabalho no município de Morretes. E, para encerrar, fazer um registro, o qual fazemos com muita dor no coração, que trata do falecimento do nosso amigo, nosso irmão Pastor André Mariano, que era ministro da Igreja do Evangelho Quadrangular, que faleceu nesse último domingo, dia 5 de março. O Pastor André exerceu o ministério aqui na cidade de Campo Largo, pastoreando ali, depois esteve em Porecatu e agora, recentemente, no Bairro de Tatuquara, sempre deixando a marca de um trabalho muito bonito, sempre procurando ajudar pessoas e dignificando o nome de Jesus. Quero aqui expressar as minhas condolências a toda família e principalmente à sua esposa, Pastora Neide, e aos amigos, irmãos da Igreja do Evangelho Quadrangular que ele pastoreou. Era isso, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham neste momento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa dos representantes da Associação dos Nativos da Ilha do Mel, Sr.^s Hélio da Silva, Alcione Valentim e Felipe Gonçalves, por solicitação do Deputado Goura, e também tive o prazer de recebê-los lá na Presidência hoje; do Vereador de Castro, Sr. Gerson Sutil, e do Procurador-Geral Julio Philbert, por solicitação do Deputado Moacyr Fadel; do Presidente da Câmara de Realeza, Manoel Costa Junior, e da Vereadora Professora Bia, por solicitação do Deputado Matheus Vermelho; e do Prefeito em exercício de Manfrinópolis, Sr. Taisler Guimarães, por solicitação do Deputado Adão Litro. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Cobra Repórter.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Oi, Presidente. Tudo bem? Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas. Senhor Presidente, pedi para falar hoje porque iria falar sobre um Projeto importante que o Governo do Estado implantou no

mandato passado, que é o *Castra Pet*. O *Castra Pet* que já passou praticamente em todos os municípios do Paraná e que castrou mais de 65 mil cães e gatos. Mas, devido ao tema, a nossa 1.^a Secretária hoje é a Cloara Pinheiro, que é lá da nossa região também, devido ao tema pedágio, que está muito forte, muito em evidência, não poderia deixar de emitir a minha opinião e de falar sobre este fato, Tercilio Turini, que chama atenção e que o senhor tem sido um dos defensores que realmente tem trabalhado de maneira muito forte em cima deste tema que merece a atenção de todos os Parlamentares desta Casa. Porque sei muito bem o que é, passamos 20 anos da nossa história pagando o pedágio mais caro do mundo e um pedágio que não teve a construção que merecia ter, Nelson Justus. Nós pagamos lá, em Jataizinho, R\$ 26,00, que para mim é o pedágio mais caro do mundo, e, no entanto, as obras começaram a ser feitas só agora no final do contrato. Isso realmente foi muito ruim, isso atrapalhou o avanço do Paraná, isso atrapalhou o desenvolvimento do Estado e, lamentavelmente, este pedágio atrasou o Estado do Paraná. O modelo que está sendo proposto pelo Governo do Estado, Hussein Bakri, o senhor como Líder do Governo conseguiu também fazer esse trabalho muito bem feito. Quero parabenizar o Deputado Arilson, que enquanto esteve à frente dessa comissão, essa comissão andou praticamente todas as regiões do Estado, inclusive participei de diversas reuniões, e nas Audiências Públicas foi mostrado como seria o modelo de pedágio. E praticamente todas as regiões aprovaram aquilo que o Governador propôs, que é o pedágio com taxa mais em conta, com obras começando quase que de maneira imediata, e que isso pode fazer com que o Estado tenha um crescimento muito maior. Ouvi o orador que me antecedeu, o Deputado que me antecedeu dizendo que Santa Catarina tem o pedágio muito barato, eu concordo, mas o pedágio de Santa Catarina é um pedágio de manutenção. Não têm obras em Santa Catarina. E aqui no Paraná não queremos pedágio de manutenção, aqui tem que ter obras, porque se não tiver obras não aceitamos. Não vai colocar um pedágio na região de Londrina, na 445, na 369, ou na região de Maringá que seja só de manutenção, porque o povo não aguenta mais! Roçar mato e tampar buraco não é para pagar pedágio. Se for para fazer isso, não precisamos de praça de pedágio. Nós

precisamos de praça de pedágio que faça a obra do contorno de Londrina, o contorno de Arapongas e outras obras importantes para o Estado do Paraná, porque só cortar mato e tapar buraco não precisamos de pedágio. O pedágio de manutenção não é bem-vindo no Paraná. O que queremos são obras e obras importantes. E aqui no Paraná ouvi muito bem o Hussein Bakri falando ontem: Se o Governo Federal não aceitar aquilo que os paranaenses querem, então ele pegue a rodovia que é dele, as rodovias federais, e vamos cuidar das rodovias estaduais. Porque as rodovias federais estão dando vergonha hoje: buraco, mato alto. Não estão roçando nem o mato, nem o mato estão roçando. Isso, lamentavelmente, tem prejudicado bastante. Então, esse é meu ponto de vista. Acho que se for o pedágio do jeito que o Governo Federal quer, nós paranaenses não queremos. Queremos o pedágio que tenha obras, e obras que sejam para o bem da população paranaense. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Moacyr Fadel.

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Presidente, vou falar daqui rapidinho. Acho que o Líder do Governo deu uma excelente sugestão de pacificação, fazer uma Frente mista, porque todos sabem da competência do Deputado Arilson. Hoje o Governo Federal é uma importante instituição que nos representa em nível federal, e temos o governo estadual, que é representado por nós que somos governistas. Seria interessante fazer uma Frente Parlamentar mista entre o Governo Federal e o Governo Estadual para resolver este problema. O que tem que fazer é ser resolvido, Líder, porque nós que viajamos todo dia, Mabel, de Curitiba a Castro, de Curitiba a Ponta Grossa, de Curitiba a Jaguariaíva não aguentamos mais. Pedimos informação a respeito da manutenção que está tendo nessa estrada e daqui lá é só buraco, nem roçar estão mais. Pedi cópia dos contratos para que fossem averiguados, porque cada dia que chove nós paramos na estrada cinco, seis horas, todos os dias. Então, esta briga não é saudável a esta Casa e, com a pouca experiência política que tenho, acho que a tua sugestão é ótima Hussein, de fazer uma Frente Parlamentar mista. E o Alexandre pode nos

ajudar a conduzir isso, do Governo Federal, com a competência que o Arilson tem, com o Governo Estadual, e resolvemos o problema do povo paranaense o mais breve possível, porque quem está *pagando o pato* somos nós. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Romanelli.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): *Pela Ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela Ordem*, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Recebi uma mensagem que o nosso *Youtube* da Assembleia está com as mensagens desativadas, ninguém pode mandar mensagem para cá. É bom dar uma olhadinha nisso aí que está havendo no *Youtube*. Estão desativadas as mensagens.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Nossa equipe de comunicação vai dar uma verificada nisso.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, gostaria na verdade de dizer que este tema que envolve a discussão sobre o novo programa de concessões de rodovias no Paraná indiscutivelmente é o tema mais importante que discutiremos nesta Legislatura. Por que digo isso? Por que o que está em jogo é a nossa infraestrutura e a modelagem de um preço de pedágio que, se for errada, ficaremos escravizados com o preço alto durante 30 anos. E vou explicar por que, Deputado Hussein Bakri, ao senhor, ao Líder da Oposição, Deputado Requião Filho. Estive este ano, junto com o Deputado Arilson Chiorato, já por três vezes em Brasília. Dia 6 de janeiro, fomos recebidos pelo Secretário Especial que cuida do Programa de Concessões do Governo Lula, Mauricio Muniz, acompanhados da Ex-Ministra e Deputada Federal Gleisi Hoffmann e do futuro Presidente da Itaipu Binacional, Ênio Verri. Depois estivemos, no dia 9 de fevereiro, com uma

delegação maior, onde fomos recebidos pelo Ministro dos Transportes, Renan Filho. E estivemos ontem, dia 6 de março, onde pela manhã estive reunido com o Presidente e os demais diretores da ANTT, junto com o economista Luiz Antônio Fayet, representando a ideia do que defendemos, porque pode se matar a Frente Parlamentar, mas não se matar a ideia. Vamos ser honestos aqui, a questão do pedágio é um tema que tem que ser tratado, independente de como é que ela vai estar posta dentro do processo de debate, - Comissão de Obras, Frente Parlamentar presidida pelo Jacobó, pelo Arilson, o que for - o debate vai acontecer. O fato é que tivemos na ANTT uma discussão técnica. E explico rapidamente, inclusive, o que discutimos. Por último, estivemos com o Ministro Rui Costa, que, a pedido do Presidente Lula, convocou o Deputado Arilson Chiorato para estar em Brasília para discutir o tema do pedágio. E nós acompanhamos, a convite dele, essa discussão, junto com a Deputada Gleisi e com o Deputado Énio Verri, e junto com o Secretário Mauricio Muniz e o economista Luiz Antônio Fayet. Minha gente, o tema que tratamos lá sempre foi da maior responsabilidade possível: tarifa baixa, licitação sendo feita em 2023 e garantia da realização das obras. Nós sabemos o seguinte, no Brasil hoje tem dois ou três *players* apenas, duas delas empresas conhecidas nossas, a CCR e a EcoRodovias, e talvez um grupo chamado Pátria, que poderá participar dessas licitações. Não tem mais grupos econômicos fortes habilitados a participar dessa licitação. Por isso que a responsabilidade que temos é muito grande. Quando fomos ao Ministro Renan e pedimos que o aporte só se iniciasse após 40% de desconto, sabemos que 40% é muito. Claro que é muito. Era a média que havia de desconto nas licitações de menor preço, mas se a modelagem está bem feita, 10%, 12%, 15% já é um desconto muito razoável, se estiver correta a modelagem. E fomos lá e o que aconteceu? O que resultou daquela nossa reunião? A apresentação da proposta pelo Ministério dos Transportes de que o aporte só se iniciaria após os 12%. E ontem, com o Ministro Chefe da Casa Civil, Deputado Arilson, qual o nosso pedido? Queremos ampliar a possibilidade de desconto sem o aporte, para incentivar a redução de tarifa para o usuário. Talvez no tempo creiamos que os seis lotes estejam prontos para serem leiloados, porque senão fica só o filé

mignon, lote um e dois, o filé mignon da concessão. Faz o filé mignon e larga o osso para trás. Esse é o risco que estamos correndo. Na verdade, cada reunião que vamos a Brasília, arrancamos mais um avanço. Exemplo: criar banda. Qual é um dos problemas que temos hoje? O pessoal lá da Socipar, de Paranavaí, do Noroeste, fez um estudo pago por eles para a Perplan, que mostrou que está subavaliado o tráfego das rodovias feito em 2019. Pois bem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, por favor, para concluir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Concluo a fala.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Nós vamos ter um dispositivo no contrato em que o excesso de número de veículos que foi gerado e a receita que gerar não vão mais agora ficar como lucro excedente da concessionária, ela vai reduzir a tarifa. Isso, minha gente, só é possível porque estamos debatendo, discutindo, e em Brasília tem espaço para negociação. Se deixarmos e perdermos esta oportunidade de negociar, vamos correr o risco de ter dois licitantes só e vamos ficar condenados a pagar uma tarifa alta por 30 anos. Por isso que o que está em jogo data vénia é muito importante para todos nós. Precisamos resolver rápido, mas temos que ser cirúrgicos naquilo que estamos defendendo em Brasília. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): No Grande Expediente, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Boa tarde, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, servidores desta Casa, população paranaense e brasileira que nos assiste. Hoje vim falar de um tema que não afeta apenas a Capital, onde nos encontramos, Curitiba, que não afeta apenas o Estado do Paraná, mas afeta o Brasil, porque infelizmente, Sr. Presidente, é uma marca que o Brasil carrega, a

marca da violência, da banalização da vida. A marca que, segundo o Gaeco, chegou a quase 500 pessoas. Para ser mais exato, 488 pessoas foram mortas pela Polícia Militar, pelo Estado, pela estrutura de segurança pública, que tem escrita em sua viatura “servir e proteger”. Eu, Sr. Tito Barichello, quando vejo um policial militar na periferia, na madrugada, não leio as palavras “servir e proteger”. Quando olho para ele, olho como testemunha dos crimes que ele cometeu, porque carrego na pele as cicatrizes desses crimes. Ele, Sr. Tito, quando me vê, tem vergonha em um primeiro momento, porque a vergonha é o que lhe resta de consciência; mas, um segundo depois, Sr. Presidente, essa vergonha se torna raiva, porque eu sou uma testemunha novamente de um crime que ele cometeu e por isso preciso ser eliminado, por isso a minha voz tem que ser silenciada. Por isso fui seguido aqui dentro desta Assembleia Legislativa do Paraná na primeira vez que vim, por um policial militar à paisana. Mas, o Gaeco nos diz outra coisa, que além de 483 mortes pela Polícia Militar, dentre os 488 no geral, - ou seja, a Polícia Civil e a Guarda Municipal não são treinadas para o extermínio - 58%, 60%, Sr. Tito Barichello, dessa população, Deputada Cloara, é preta ou parda. Sessenta por cento em um Estado que tem aproximadamente 30%, Do Carmo, 30% de população preta. Por que o dobro dessa população? Por que essa super-representação? Será que é a super-representação que falta aqui? Se somos 30%, então por que não há 30% de Deputados ou Deputadas negras neste local? Mas as vítimas são 60%. Nós negros temos propensão ao crime? Seria isso? Acredito que não. Acredito que há uma seletividade das forças de segurança pública. Cinquenta e nove por cento eram jovens de 18 a 29 anos e, pasmem, 30 eram jovens de 13 a 17 anos...

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Senhor Renato Freitas, o senhor me permite um aparte?

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Só um segundinho, ao final, se tempo houver e se for oportuno. Segundo o *Datafolha*, em uma pesquisa de 2019, 51% das pessoas afirmou ter medo da Polícia Militar no Brasil, número que aumenta para 89% quando feita a mesma pesquisa em periferias de grandes centros

urbanos, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Salvador. Medo da polícia. A polícia do Paraná é a sexta polícia que mais mata no Brasil, a sexta polícia, e não somos a sexta população. Há também aí uma super-representação, mas há um número ainda maior. Os organismos internacionais que avaliam os confrontos policiais fazem uma taxa – quantos policiais para cada civil morto. Já que se trata de confronto, confronto é característica de uma batalha no mínimo, se não uma guerra. Os números são de guerra! Se é uma guerra, há feridos para todos os lados; porque se não houve, não é uma guerra, é um massacre. No Paraná são 140 mortos civis para cada policial. Os dois estados onde a polícia mais mata no Brasil, como Rio de Janeiro e Bahia, na Bahia são 77 pessoas para cada policial, Antenor, e no Rio de Janeiro são 22 civis para cada policial. Isso mostra uma desproporcionalidade no número de mortes promovidas pela Polícia Militar do Paraná. E não se trata de uma invenção, de uma elucubração em cima de estatísticas recentes do Gaeco. Lembro aqui o caso do Alto da Glória, um caso em que cinco jovens foram executados pela Polícia Militar, dois deles menores de idade. Dois deles menores de idade. Os policiais disseram que foi o quê? O quê, Tito Barichello, que os policiais disseram depois que executaram cinco jovens? Que foi confronto. Entretanto...

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Já que o senhor me perguntou, o senhor me daria um aparte?

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Foi uma pergunta focal, específica. O aparte se oportunidade houver e se tempo houver.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Sem o contraditório. Entendi, Deputado. Fique a vontade.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): O procedimento da Casa nos garante o contraditório, já que é possível a inscrição aberta para todos os Parlamentares, que são tratados em regime de paridade, de igualdade de armas, que é o discurso. As armas de fogo, que o senhor possui, eu não as possuo. Nesse sentido, trata-se de uma política de domínio e covardia, mas na palavra o senhor

também pode falar, quando for a sua hora. Está bom? O que os policiais disseram? Que foi confronto. Entretanto, entretanto, e tenho os dados, uma clínica na rua Nicolau Maeder registrou o momento da abordagem aos rapazes. O GPS de uma das viaturas confirmou a saída do Alto da Glória até o bairro Atuba, na saída para São Paulo, perto da BR-116, para um terreno baldio, onde os rapazes ficaram por seis minutos e depois foram conduzidos ao hospital Cajuru, mortos. Ficou caracterizada a execução pelas perícias, pelas câmeras da BR inclusive, que mostraram as viaturas indo para esse terreno baldio. Os policiais militares, infelizmente, foram absolvidos no Tribunal do Júri aqui no Estado do Paraná. Foram absolvidos! E, para quem não lembra, eles foram uniformizados e armados para dentro do Tribunal do Júri, intimidando as testemunhas, o Juiz, o Promotor e principalmente o corpo do júri. E foram absolvidos, embora todas as provas recaíssem sobre eles, Doutor Antenor. Foram absolvidos. E digo mais, vejo nos corredores e no chão desta Assembleia Legislativa do Paraná o sangue dos inocentes, Deputada Cloara, o choro dos órfãos, o lamento das viúvas, porque aqui nesta Assembleia, em 2009, esses mesmos policiais covardes, assassinos, serviscais do mal receberam medalha de honra. A cultura da desvalorização da vida não é executada apenas pelo guarda da esquina embrutecido por um treinamento desumano, como um animal que a qualquer momento e ordem pode atacar o outro animal. Himmler, o comandante da SS, das tropas nazistas, disse, quando julgado em Jerusalém, que apenas recebia ordens. Princípio militar da hierarquia e da disciplina: Ordem não se questiona, cumpre-se. Esse treinamento, Sr. Presidente, que produz seres bestiais deve ser questionado radicalmente, em prol de uma política de valorização da vida e sobretudo de soberania do estado. Hoje, muitos de nós Parlamentares estamos aqui parlando como Parlamentares em um Parlamento porque não recebemos um golpe que foi tentado no dia 8 de janeiro deste mesmo ano, um golpe militar que pela força queria destituir o poder do povo, dos votos, destruir a democracia, porque eles têm as armas. E existe a polícia para defender a vida? Também! E os policiais que não são serviscais do mal têm espaço na instituição para questionar os grupos de extermínio, as mortes de inocentes, as mortes daqueles que estão cometendo um

delito e estão em fuga, pelas costas, que roubaram um carro e são cravejados de tiros, metralhados e mortos sob as palmas da sociedade? E nós para que servimos, se fazemos as leis e dizemos que há uma pena de prisão para tal delito, mas o policial legisla, prende, julga e executa a pena? Estamos aqui de enfeite? A democracia é para *inglês ver*, porque debaixo dos nossos pés há outra ordem institucional, a ordem das milícias, em que as leis são outras, em que o que é dito aqui não é ouvido lá. E nós sabemos, e o Judiciário sabe, e as pessoas sabem, e o teatro do circo dos horrores continua. E neste momento em que falo uma mãe chora, uma família em luto, despedaçada. Quando uma pessoa morre, morre a humanidade inteira, assim como quando se salva uma vida, salva-se também a humanidade inteira. Hoje, a família que chora é a família do Claudinei Teles Júnior, de 38 anos, que anteontem estava em sua casa e, sim, ao que indica, tinha uma pequena quantidade de drogas com ele, e a Polícia Militar adentrou na casa dele sem ordem, torturou o rapaz e o rapaz, com sobrepeso e com uma vulnerabilidade em sua saúde, enfartou durante a tortura, Sr. Requião. O rapaz, por obra da tortura de um policial militar, veio a óbito por enfarto. Quem enviará essa notícia aos seus familiares, aos seus descendentes, aos seus ascendentes? Quem chorará hoje à noite? Aqui nesta sala ninguém chorará hoje à noite, porque sentir a dor do outro é sacrifício. Fui ao encontro do Papa Francisco e percebi que é difícil ser cristão. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Renato, um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Porque ser cristão é se sacrificar, é se colocar na dor do outro. Se sacrificar é difícil, é como emagrecer para quem só pensa em engordar, é se abster para quem vive do ter, é chorar as lágrimas da família do Claudinei Teles Junior. Tito Barichello, sou a favor de uma CPI, a CPI que investigue a desvalorização da vida, que é uma política nacional no nosso País, desde o extermínio dos índios.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, no Grande Expediente, Deputado Delegado Tito Barichello, pelo União Brasil.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Excelentíssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Dr. Ademar Traiano, cumprimento-o. Estendo os meus cumprimentos aos demais colegas, aos nobilíssimos Deputados Estaduais. Cumprimento o Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri. Cumprimento o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho. Iria utilizar a palavra hoje, Deputado Ademar Traiano, para tratar de um Projeto de Lei e parabenizar as mulheres, e esse meu pequeno Projeto de Lei buscava proteger as mulheres que sofrem assédio sexual, que sofrem importunação, que sofrem xenofobia no teleatendimento, no atendimento de telemarketing, que é uma situação gravíssima que assola a nossa sociedade. É um assunto novo para mim, porque eu nem sabia que isso acontecia. Então, propus um Projeto de Lei que tem como escopo a criação de um banco, um banco de informações, um banco de dados, um banco de denúncias nesses locais de teleatendimento, porque os teleatendimentos em regra não gostam de levar adiante denúncias contra os seus clientes. Existe uma política interna em relação a isso bastante gravosa. Com a existência desse banco de dados seriam enviadas, então, aos órgãos de persecução do Estado todas as informações referentes, inclusive em relação à Justiça do Trabalho. Mas vou interromper porque preciso, sem dúvida alguma, desdizer algumas inverdades, falácia e mentiras trazidas a esta Casa de forma irresponsável, mas irresponsável não por má-fé, irresponsável por falta de conhecimento. Obviamente o Sr. Renato Freitas é um privilegiado, ele tem graduação, especialização em mestrado, uma grande cultura, uma pessoa muito privilegiada em nossa sociedade, diferentemente das pessoas que ele diz que representa, Sr. Líder do Governo. Foi Vereador, Deputado Estadual, realmente é a elite cultural do nosso País. Parabéns pela possibilidade de ascensão cultural, quando grande parte da população não ascendeu, mas usar isso como discurso não é verdadeiro. Vamos, então, começar a desdizer as inverdades trazidas pelo teórico representante de uma classe que ele não representa, porque ele é totalmente diferente dessa classe que diz que representa. Senhores, a Polícia Civil

aqui do Estado do Paraná e a Polícia Militar fazem um trabalho exemplar. É a melhor Polícia das Unidades Federativas do Brasil, e constatei isso pessoalmente. Os números foram trazidos muito bem pelo Sr. Renato Freitas, e menciona disparidades, por exemplo entre as mortes causadas pela Guarda Municipal, pela Polícia Civil e pela Polícia Militar. O Sr. Renato Freitas não sabe que a Polícia Civil atua somente em momento posterior, por isso tem poucas mortes, Sr. Líder do Governo. Quando vamos cumprir mandados de prisão, já estudamos o criminoso; temos um mandado judicial, sabemos como ele vai agir e aí, de madrugada, com o auxílio do Fera, do Cope, do Tigre, adentramos as residências com fuzil, muito bem armados, e não damos qualquer oportunidade de defesa a esses criminosos, porque aqui, Senhores, a polícia funciona. Já a Polícia Militar, Sr. Renato Freitas, ela é ostensiva, é muito diferente a atuação do Bope, da Rone, do Rotam. Por exemplo, um roubo que ocorra agora à mão armada, que, aliás, é comum em muitos bairros aqui de Curitiba, não é a Polícia Civil que vai atrás desses criminosos, por uma questão constitucional. A Polícia Civil é a polícia do depois, por isso a diferença de mortes entre a Polícia Militar e Civil. A Civil atua em um momento posterior. A PM é obrigada a se expor a situações teratológicas, complicadíssimas. Por isso essa diferença. Em relação aos números, Sr. Renato Freitas, posso dizer o seguinte: Curitiba não foi tomada ainda pelo PCC, PGC e Comando Vermelho graças à atuação do Bope, da Rone, da Rotam e da DHPP. Se houvesse omissão, se houvesse omissão, como existe em muitos Estados controlados pelo PT, aqui essa CPI ia colocar Governador na cadeia, porque tem muito Governador do PT que tem vínculo com organização criminosa, e aqui não tem isso. Aqui cumprimos a lei e a nossa lei, Sr. Renato Freitas, é muito branda, aliás. Aqui é o único País do mundo em que traficante é preso, levado para a delegacia, vai para audiência de custódia e sai. As pessoas me cobram às vezes em relação a roubos de rua. Se eu prender como delegado, Senhores, alguém na rua, vou para uma delegacia e o criminoso sai junto comigo, se não sair em momento anterior, por causa da lei branda do País. Então, posso dizer, Sr. Renato Freitas, que a nossa Polícia Militar atua nos termos da lei. Agora, é muito fácil fazer uma leitura, Sr. Líder do Governo, da legítima defesa sentado em uma

cadeira, com ar-condicionado, tomando água mineral. É muito difícil fazer essa leitura. Fácil é assim. É difícil fazer a leitura na rua, porque quando se define a legítima defesa, que é excludente de antijuridicidade, pela qual todo policial tem que estar embasado para poder usar uma arma de fogo, que é repelir injusta agressão, sendo atual ou iminente, usando moderadamente dos meios necessários. Essa é a excludente de antijuricidade. Como pode um policial militar, como já vi muitos membros, muitas pessoas filiadas ao PT dizerem que os policiais acabam não se machucando ou que os policiais deram mais tiros do que os criminosos. Ora, Sr. Renato Freitas, não se pode esperar que naquele contexto de embate, de confronto o policial militar simplesmente entregue a sua vida. Se o criminoso atira no policial, se o criminoso age contra o policial, ele tem uma resposta proporcional. E é isso, Sr. Líder do Governo, que acontece aqui no Estado do Paraná. Aliás, através da CPI das Organizações Criminosas, vamos mostrar algo que já conheço, que são esses criminosos tentando tomar conta do Paraná, e que só não conseguem, que só não conseguem, Sr. Renato Freitas, graças ao trabalho excepcional da Polícia Civil, da Rone, da Rotam e do Bope, que têm o meu respeito. Já fiz quase todos os locais de morte praticados por policiais militares, e posso lhe dizer que em todos eles ocorreu confronto.

Deputado Do Carmo (UNIÃO): Senhor Deputado Tito Barichello, um aparte. Deputado Do Carmo.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Perfeito, Deputado.

Deputado Do Carmo (UNIÃO): Desculpe interromper. Não gosto muito de pedir aparte na fala dos Deputados. Primeiramente, quero deixar muito claro ao Deputado Renato Freitas que respeito muito a sua história, e posso falar com muita propriedade o que ele já sofreu, o que ele sofre, porque sou periférico, negro, só que estive na Polícia Militar do Paraná, aos meus 18 anos fui aprovado no concurso. Acredito que nós políticos temos, ainda mais em se tratando de uma pessoa com esse gabarito, Renato, que ter muito cuidado com as palavras. Casos

específicos responsáveis por crueldades devem ser punidos, porque não é isso que a Polícia Militar e nem a Polícia Civil ensinam.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Perfeito.

Deputado Do Carmo (União): Realmente, como o Deputado Tito disse, para você tomar uma decisão em um momento difícil, em um momento de ansiedade, às vezes podem ser cometidos excessos e erros, sim, que devem, como eu disse, ser punidos. Agora, chegarmos aqui e utilizarmos a tribuna, que é um direito constitucional e legal nosso, para generalizar toda uma tropa da Polícia Militar ou da Polícia Civil, chamarmos quantos e quantos homens e mulheres de família, que às vezes, por falta de opção, como foi o meu caso, aos 18 anos, de fazer um concurso público e tirar o sustento da minha família daquela farda. Então, Deputado, acho que temos que literalmente, vou ser bem simplista, *dar nome aos bois*. Não podemos colocar, porque estou cansado de ouvir que todos os políticos são corruptos, que todos os políticos são vagabundos e não posso pagar pelo erro dos outros. Tenho que ter o direito da defesa, do contraditório. Então, não podemos jogar a reputação de todos os policiais militares por um erro de um, de dois, de três, que seus números estejam corretos, em uma vala comum. Vamos ter responsabilidade para apontar o dedo para alguém, porque a sua injustiça, que o senhor sofreu na sua cassação, eu sofri também; a falta de democracia que você sentiu, eu senti também; e não é por isso que vou apontar o dedo para alguém e fazer o que fizeram comigo e com os outros. Então, temos que usar, sim, este Plenário, esta Assembleia, e usar o conhecimento que o senhor tem, que é vasto, que é válido, usar a nossa angústia e a nossa vontade, a nossa revolta pelo espaço que devemos ocupar como classe negra. Mas fazer como nós fizemos, batalhar, lutar, colocar o nome à disposição e vencermos, sim, para que representemos uma classe e as pessoas de bem do Estado do Paraná. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Obrigado. Dando continuidade, então. Senhor Renato Freitas, espero, então, que sugestões de

V.Ex.^a sejam discutidas nesta Casa de forma plausível. Somos totalmente favoráveis a quaisquer investigações que digam respeito à atuação dos policiais, e uma investigação livre, inclusive feita pela Delegacia de Homicídios, que hoje a Delegacia de Homicídios não é responsável pelas investigações que ocorrem em local de confronto, existe atuação própria da Polícia Militar no local. Sou totalmente favorável a terceirizar isso, a repassar para a Polícia Civil de forma mais independente. Mas, como o próprio Deputado Do Carmo mencionou, existem casos e casos. Obviamente que o senhor vai conseguir encontrar alguma situação obnubilosa, alguma situação mal explicada e que mereça consequência penal, tanto em relação às condutas que têm como consequência morte das pessoas, como em relação à corrupção. Sabemos que existe a corrupção na Polícia Civil, na Polícia Militar e em toda a sociedade, mas precisamos separar o joio do trigo, precisamos punir, sim, punir com rigor, mas não de uma forma generalizada. Posso dizer a V.Ex.^{as} que conheço profundamente o trabalho da Polícia Militar, tive sempre o apoio da Polícia Militar em todas as investigações, e hoje Curitiba está sob o controle da Polícia, está sob o controle do estado, graças à atuação, como eu já disse, da DHPP, da Rone, da Rotam e do Bope. E lhes digo, Excelências, das mortes que ocorreram em confronto, quase todas as vezes, quase 100% das vezes, Sr. Líder do Governo, quando me informaram o nome dos mortos, eram meus investigados vinculados à organizações criminosas, PCC, PGC, comando vermelho, ou outros grupos ligados ao tráfico de drogas. A Rone, a Rotam e o Bope não matam pessoas inocentes, podem ter certeza disso, porque se o fizessem, nós que protegemos a vida seríamos os primeiros a buscarmos consequências graves para essas pessoas nos termos do Código Penal. Agradeço a oportunidade de me manifestar aqui neste momento. Não era o objeto da minha conversa, iria explicar para vocês hoje a respeito desse Projeto de Lei que busca proteger as mulheres, já que amanhã é o *Dia Internacional da Mulher*. Agradeço a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados e Deputadas e todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Primeiramente, vou falar aqui a respeito do pedágio, tema que tomou conta do debate desta Casa hoje. Com todo respeito à Frente Parlamentar do Pedágio, sou da opinião - é minha opinião - de que essa Frente pouco colaborou para a evolução do novo modelo de contrato do Paraná. Ela teve muito mais viés ideológico do que objetividade para um pedágio bom para o Paraná. Ouvi, acompanhei Audiências que foram feitas, acompanhei virtualmente e ouvi falas tendenciosas que diziam assim: *Um contrato de 20 anos já deu muito problema, imaginem um de 30.* Então, isso já induzia quem participava a achar que o novo pedágio seria ruim. Mas o modelo de pedágio do Jaime Lerner era um modelo totalmente leviano e de má-fé, um contrato de 20 anos que não existia uma cláusula de saída, o Governo ficava engessado, muito diferente desse modelo de contrato apresentado pelo Governo Bolsonaro, o qual tive a oportunidade de participar em uma reunião junto com o então na época Ministro Tarcísio, que hoje é Governador de São Paulo - ficamos uma hora e meia debatendo o novo contrato. Ele mostrou exatamente que o contrato se resumia no seguinte: Seriam investidos 48 bilhões em obras nas rodovias paranaenses, seriam duplicados 2.800 quilômetros. Padrão exigido: padrão internacional de segurança, *Wi-Fi* em toda a estrada, além dos viadutos e contornos. Como seria feita essa licitação? Na Bolsa de Valores. E o ganhador tinha a obrigação de estipular o desconto que vai ser dado no valor do pedágio. E o modelo, pelo o que foi demonstrado, teria uma redução de 40% no valor do pedágio, do atual, e com esse monte de obra que seria feito. Infelizmente o Paraná demorou, foram *barrigando, barrigando.* São Paulo implantou o modelo, licitou e foi um sucesso esse modelo; Rio de Janeiro e Minas Gerais estão seguindo a mesma linha. É óbvio que o povo paranaense tem um trauma de pedágio, porque fomos roubados por muito tempo, mas condeno totalmente discursos populistas que vêm com conversinha fiada de preço mínimo. O preço tem que ser justo. O contrato de preço mínimo da Dilma foi um fracasso total, destruiu as estradas do Brasil, só buracos, porque a empresa que ganhou não fez nada e entregou o contrato,

depois de quatro anos, tudo destruído. E vi um Deputado aqui elogiando ainda. Só usou uma referência: Santa Catarina. Pegue lá na Bahia e veja o estrago que foi. O novo contrato de pedágio, quando esse desgoverno assumiu, o Renan Filho, Ministro dos Transportes, ficou 60 dias imbuído, estudando o contrato e disse ao Governador: *Esse é o melhor modelo*. Porém, a Gleisi Hoffmann não aceitou, porque o Lula fez um discurso aqui para os paranaenses que iria cobrar R\$ 5,00 no máximo o preço do pedágio no Paraná, o que é impossível, seria um contrato que não teria obra nenhuma, seria um retrocesso para o Paraná, como o próprio Governo Lula é, um retrocesso, um desgoverno. E ele não tem que se incomodar com promessa de campanha que fez e não vai cumprir, porque ele não está cumprindo nenhuma promessa de campanha. E vou pôr a fala dele aqui dizendo a respeito do pedágio no Paraná. Então, gente, vamos parar de viés ideológico e vamos defender realmente o Paraná. O Paraná precisa de um bom pedágio, com muitas obras, que vai melhorar a logística de transporte, isso vai baratear o custo de entrega de mercadorias e vai dar segurança ao povo do Paraná, com um preço justo, não um preço mínimo.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Ricardo, peço um aparte.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Um momentinho só. Acho o seguinte, quando você vai construir uma casa, se for a tua casa, você vai contrata uma empreiteira pensando só no preço ou na qualidade? *Ah não, eu quero só preço*. Então, azar teu, você não vai ter a casa. Não tem cabimento pensar dessa maneira. Vamos parar de politicagem, vamos agir. Escutem o Ministro Renan de vocês, porque o PT não sei o que acontece, um não fala com o outro, é uma guerra, é uma guerra entre eles. Segundo ponto que quero falar aqui, quero parabenizar a Polícia do Estado do Paraná e toda a Polícia do Paraná. Foram 500 mortes que tivemos no último ano em confronto com a Polícia de bandidos que morreram. É um número alto? Sim. É lamentável? Sim. Qual o motivo? Muito bandido. O bandido armado em confronto, quem tem que chorar? A mãe do policial? A vítima desse bandido tem que chorar? Ou é melhor que chore a mãe do bandido? Que chore a mãe do bandido! E quando o Deputado diz aqui “*um*

jovem", vocês esquecem de dizer... É a mesma coisa quando morre um bandido em confronto, a *Rede Globo* entrevista a mãe do criminoso, a mãe vai falar: *O meu filhinho era um bom moço, era um estudante*. Ela esquece de falar, como o Deputado aqui esqueceu de falar, não é um jovem, é um criminoso jovem, é um criminoso estudante, é um traficante estudante. Vocês esquecem a palavra principal. Defendemos o cidadão de bem. A Bíblia diz o seguinte: *Quem escolhe o caminho do bem é vida, o caminho do mal é morte*. Está na Bíblia. Então, quem escolhe a morte é o bandido que sai armado para roubar, matar, estuprar. Ora, fico indignado de alguém defender bandido. Lugar de bandido é na cadeia ou no cemitério. Ele escolheu esse caminho. E os policiais que morrem nas mãos de bandidos? Teve uma Tenente, uma mulher que foi executada por um bandido, quando descobriram que ela era policial. Aí não vi ninguém, nenhum Deputado da esquerda defender. Não vi ninguém dos direitos humanos defender. Essa política de apoio à bandidagem só tem aumentado a criminalidade. E sabemos que o PT adora isso, vimos o Lula fazendo campanha lá no Morro do Alemão, com o Comando Vermelho. E aí, por essa razão, o *Ministro da Injustiça*, o Flávio Dino quer tirar as armas de nós que somos CACs e não da bandidagem. Diz ele, Delegado Tito, que não é o problema dele. É problema dele, sim. Ele deveria mandar a polícia invadir o morro e arrancar a arma desses bandidos, por bem ou na bala. Ou não? Vamos esperar o quê? Essa bandidagem descer do morro e nos matar? É isso que o Ministro do PT faz. Lembrando que no Governo Bolsonaro, onde ele facilitou o cidadão de bem ter arma, diminuiu, foi o menor índice de criminalidade de todos os tempos no nosso Brasil, com a população de bem armada. Essa é a verdade nua e crua. Não tem que dar moleza para bandido! Você que é pai e mãe, eduque seu filho, tire das drogas, coloque na igreja, coloque para fazer esporte, porque quando ele for à rua com uma arma na mão está fadado a morrer e a família vai chorar. Lamento pela família, não pelo bandido que morreu, que escolheu a vida fácil de bandido. Tenho familiares na polícia, na PM, na Civil, no Exército e sei muito bem o que é enfrentar, como disse o Delegado Tito, a criminalidade. O bandido não tem piedade. O policial, quando dá para prender, ele prende; o bandido, quando pega um policial, ele executa, ele

tortura, ele mata. Isso ninguém fala. *Ah, mas a maioria que morreu foram pessoas de cor.* Na verdade, a maioria foi de cor parda, uma porcentagem de cor preta e outras de cor branca. Não vem ao caso a cor da pele. Parem de se vitimizar por cor da pele. O problema é questão de andar dentro da lei ou fora da lei. Se o cidadão de bem tem tanta dificuldade de ter uma arma, que já está registrada e tem que recadastrá-la, o bandido tem livremente metralhadora, fuzil e tantas armas e sai matando. Deputado Renato Freitas, no Brasil, 40 mil pessoas são assassinadas por ano. São, Delegado Tito, 100 pessoas por dia. Cinco pessoas são assassinadas por hora nas mãos de marginais. Não posso aceitar uma defesa para bandido. E essas famílias, 40 mil famílias que morrem por ano... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ricardo, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... essas famílias temos que chorar. Essas temos que defender. E temos que defender o policial militar, que todo dia sai de casa para defender a sociedade e não sabe se volta. Você que é bandido armado no Paraná, o teu tempo aqui será curto, mude de estado. Em São Paulo está igual. A Rota voltou a agir. E o estado que fraquejar, o crime organizado toma conta. Aqui no Paraná terão dificuldades! Em Londrina acabou o crime organizado. Por que será? Porque a polícia agiu com rigor. Só tem hoje os viciados que roubam fio e pequenos furtos. O crime organizado acabou. Então, o lema tem que ser rigor no combate ao crime, sempre dentro da lei. Ninguém aqui promove assassinar gente inocente. Isso não. Mas não defendemos o marginal... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Finalizando, Presidente. Defendemos aqui o cidadão de bem, defendemos o bom policial, e sabemos que entre os bons tem pessoas ruins. O ruim, o policial criminoso tem que ir para a cadeia também.

Isso é fato. Não vamos aliviar para ninguém. Vamos defender o que é correto, o que é justo. Obrigado.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Deputado Arruda, me dá só um segundinho, já que o Presidente abriu um pouquinho o espaço. Só para contribuir: *Se um ladrão for achado arrombando uma casa e sendo ferido morrer, quem feriu não será culpado do sangue.Êxodo 22:2.* Só para contribuir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): É a palavra do Pastor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente e demais colegas, antes de vir falar, estava pensando aqui sobre um comentário, um *meme* da internet, que um determinado sujeito sobe no avião e pergunta para o comandante: *E aí, Comandante, tudo joia?* Ele diz: *Não, metade é cocaína.* E assim foram R\$ 16 milhões, tentado serem colocados para dentro em forma de joias e diamantes pelo clã Bolsonaro dentro do nosso País, sem declarar à Receita, sem informar ao patrimônio público. Dezesseis milhões de reais em um único voo. E aí vejo as pessoas dizendo aqui: *Quem é que vai chorar a morte desses quarenta mil?* Aqueles mesmos que não choraram a morte dos mais de 700 mil mortos por Covid, quando um Presidente disse que a vacina dava Aids e que a máscara era coisa de gente fresca. Quem chorou a morte desses 700 mil? Os discursos mudam, Deputado Evandro, de uma forma muito engraçada. Para atacar é de um jeito, para defender é de outro. É o típico, na linguagem popular, corno - você avisa que a mulher dele está chifrando ele com o vizinho no sofá da sala e ele vende o sofá. Está resolvido o problema. Parece que temos muita gente com dor de chifre Brasil afora. Mas, entrando na questão da Polícia Militar, por quem tenho um grande apreço e um grande respeito. Toda a história, toda a verdade tem três lados: o meu lado, o seu lado e a verdade. Não falta com a verdade aqui o meu colega Renato Freitas, tampouco faltaram com a verdade em alguns aspectos o Delegado Tito e até mesmo o Ricardo Arruda quando falaram de eventos com a

polícia. A polícia não pode ser demonizada, muito menos a periferia. A quem beneficia essa demonização das nossas periferias? A quem beneficia a demonização da polícia? Parece que vamos alimentando um embate. Na polícia temos as mesmas pessoas que temos na igreja; na polícia temos as mesmas pessoas que temos em uma Assembleia; na periferia, infelizmente, temos pessoas que lutam diariamente para sobreviver, gente passando fome. No Paraná, quase 1 milhão de pessoas passam fome. Diga para um pai de família que ele nada pode fazer diante do seu filho chorando a dor da fome, enquanto ele não tem um emprego ou não tem acesso à comida. Discutimos aqui o tráfico de drogas e a violência como se esses fossem o problema inicial, não discutimos a falta de esperança, a falta de educação, a falta de oportunidades de um País escravocrata, de um País patriarcal, de um País que nega oportunidade a milhares e milhares de brasileiros todos os dias. *Ah, mas o Renato está aqui.* O Renato é a exceção que prova a regra. As pessoas são marginalizadas, as pessoas são pré-julgadas, as pessoas sofrem com preconceito racial, preconceito de credo, preconceito de orientação sexual e não têm as mesmas chances que eu ou o Ricardo Arruda tivemos na vida, nascendo na classe média. Não sei da família do Ricardo, mas eu venho de uma família de classe média e sou um privilegiado. O Doutor Antenor aqui é outra exceção, que se colocou, formou-se em medicina e hoje está aqui. O Delegado Tito vem de uma família tradicional aqui de Curitiba, bem casado e escolheu ser delegado; não foi como o Do Carmo colocou aqui, por necessidade de ter um salário fixo e um emprego, foi porque o quis ser. Os dois são portas admiráveis para se entrar na área da segurança pública. Agora, não digam que crianças e adolescentes mortos são apenas inocentes vítimas de uma guerra. Não. Foram assassinados, sim, são vítimas de assassinato. E foram assassinados não pela polícia, mas foram assassinados por toda uma sociedade que falhou com eles. Falhamos como sociedade quando não demos a eles a chance de escola, quando não demos a eles a chance de emprego, quando o único pertencimento que tiveram foi à margem da sociedade. Como que o tráfico de drogas pega crianças nas favelas? As crianças não têm perspectiva de vida, não têm futuro, não são aceitas, não conseguem estágio porque não se vestem

bem; não conseguem o respeito porque chegam sujas, porque não têm água encanada, em uma Sanepar que hoje diz que não merece e que não se preocupa com o social. E aí chega um traficante dizendo para ele: *Você quer roupa limpa? Você quer melhorar de vida? Você quer aquele tênis da moda? Você quer um iPhone? Você não precisa trabalhar, não precisa ir para a escola. E aqui te respeitamos, aqui você será um de nós.* Ele se sente acolhido por esse tráfico e nós, como sociedade, falhamos porque não o acolhemos, não o respeitamos, não lhe damos o direito a uma vida justa. A milícia aqui no Paraná existe. Muita gente tenta *passar pano* nisso, mas a milícia existe e disputa territórios dia após dia na CIC, na grande Curitiba e Paraná afora. Temos bons e temos maus policiais, não podemos generalizar, como temos bons e maus em qualquer assentamento, em qualquer bairro nobre. Mas, os que me dão medo, os bandidos que me assustam de verdade são os bandidos de terno e gravata, são os bandidos em mansões milionárias, são os bandidos que aliciam políticos para manter na pobreza e na fome milhares de brasileiros. Vamos discutir, então, a violência policial? Vamos. Mas vamos dar aos nossos policiais condições de trabalho, não 80 horas semanais seguidas em uma escala brutal, sem nenhum acompanhamento psicológico após uma ocorrência. Policiais civis e militares que se envolvem em confronto, 24, 48 horas depois estão nas ruas novamente, fazendo seu trabalho. Como vamos exigir desses policiais que mantenham a sua humanidade, a sua empatia em dia, quando os colocamos através do inferno dia após dia? Como vamos exigir da periferia que não tenha medo dos policiais se são esses policiais cansados e estressados, no seu limite, no limiar da salubridade mental que estão defendendo a nossa população? Como vamos querer uma sociedade justa se não damos, como sociedade, a chance ao menino pobre de ter acesso à educação, à cultura, à filosofia, à sociologia, a um conhecimento de mundo? Tem muita gente que lucra com a ignorância e são esses os bandidos que tiram, mês após mês, dinheiro de pessoas que só querem acreditar e pertencer. São esses bandidos que tiram da saúde, da educação e da segurança corrompendo os políticos, e são os bandidos mais perigosos. Esses bandidos que andam soltos por tribunais, Assembleias, Ministério Público, por todo o Centro Cívico. Viajam de avião

particular ou de linha, adentram gabinetes dos mais altos poderes. São esses os bandidos a serem combatidos a ferro e fogo no rigor da lei, são esses os bandidos que mataram mais de 700 mil pessoas com discurso de ódio no Brasil. Não vamos normalizar a violência... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini - PSD): Deputado Requião Filho, um minuto para concluir.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Não vamos normalizar a violência, não vamos achar que uma arma em casa é a solução de todos os nossos problemas, se os nossos vizinhos passam fome e não têm o que comer. Vamos passar a pensar como sociedade. Tenho porte de arma e tenho dois filhos em casa, oito anos. A minha arma não está acessível nem a mim, quanto mais para proteger a minha residência e a minha família neste momento. Estou muito mais preocupado com acidente dentro de casa do que com uma ameaça externa. Vamos pensar a raiz do problema. A raiz do problema é a fome, é o desespero, é a falta de educação, é a sociedade falhando ao povo brasileiro como um todo. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini - PSD): Pela Liderança do Podemos, com a palavra o Deputado Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Agradeço, Sr. Presidente. Cumprimento V.Ex.^a, as Sr.^{as} Deputadas e os Sr.^s Deputados. Subo a esta tribuna para falar sobre o tema do pedágio, mas antes sobre o que disse há pouco o Deputado Requião Filho sobre o tema do colar de diamantes. Houve um incidente, um fato aqui no Paraná que ficou pouco visível no meu modo de ver, a se fazer justiça sobre a conduta de um homem público cuja vida é limpa e irretocável, o Ex-Senador e Ex-Governador do Paraná Álvaro Dias. Está se falando sobre o colar de diamantes. No fim dos anos 1980, Álvaro Dias era Governador do Paraná e recebeu uma barra de ouro da Mineropar. O que fez o então Governador Álvaro Dias? Levou a barra de ouro consigo? Não. Guardou a barra de ouro no bolso? Levou embora, quando acabou o Governo? Não. O que fez o Governador Álvaro

Dias? Entregou a barra de ouro ao patrimônio público do Estado do Paraná, porque, ao receber um presente como Governador, entendeu ele que o presente não era do Álvaro, o presente era do Governador e, portanto, patrimônio do Estado. E entregou essa barra de ouro. Os anos passaram e a barra de ouro sumiu. Furtaram a barra de ouro da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná. O Ministério Público investiga, tenta descobrir quem foi que *afanou*, quem *meteu a mão* no presente dado ao então Governador Álvaro Dias - mas não para o Álvaro, era patrimônio público do povo do Paraná. Esse fato que faço este relato rápido aqui na tribuna é apenas para mostrar como deve ser o comportamento do homem público diante de presentes milionários. Diante de um presente milionário, este bem jamais é da pessoa física do governante, é do estado sem exceção. As pessoas esquecem, mas no fim do Governo Lula teve um pequeno escândalo sobre os presentes que foram dados ao então Presidente da República, o que ele ia fazer com aquilo, se ia levar embora com ele, por entender que o presente era dele, ou se pertencia ao estado brasileiro. As pessoas esqueceram. Agora, com o colar de diamantes, isso volta à tona. Mas, sejam os extremos da vez, aqueles que estão posicionados do lado esquerdo e do lado direito com certa raiva mental, quero dizer o seguinte: Tantos e tantos anos depois, décadas depois quem ensinou como fazer foi o Ex-Senador Álvaro Dias, Ex-Governador do Paraná, que recebeu uma barra de ouro e fez o que tem que fazer um homem público, entregou ao patrimônio do Estado. Se todos fizessem dessa forma, não tinha nem polêmica e não estaríamos gastando saliva com este assunto no parlamento do Paraná. Falo sobre o pedágio, a decisão acertada da Mesa Diretora desta Casa de acabar com a Frente Parlamentar do Pedágio da Legislatura anterior. Não havia do ponto de vista jurídico qualquer fundamento sólido que fizesse com que essa Frente viesse a prosperar. Acertou a Mesa Diretora também quando delegou à Comissão de Obras, de que faço parte, a decisão sobre qual Frente vale, se é a Frente que foi protocolada primeiro, pelo Delegado Jacovós, Deputado desta Casa, ou a Frente posterior, que foi protocolada pela Bancada de Oposição. Isso caberá à Comissão de Obras desta Casa. Mas, parece-me que os membros da Comissão de Obras - e estou disposto a isso -, Deputada Mabel Canto, Deputada

Cristina Silvestri, que integram esta Liderança, vou trabalhar, Deputado Líder Hussein Bakri, pelo consenso de que consigamos na Comissão de Obras buscar uma alternativa que esteja acima de discussões ideológicas menores e que permitam a retomada de uma Frente Parlamentar do Pedágio para trabalhar e não para servir de palanque. A Frente Parlamentar do Pedágio tem o que contribuir, mas jamais será o órgão responsável a solucionar o problema. Quem vai solucionar o problema são os Governos Federal e do Paraná. Agora, estranha-me e não posso aceitar isso como cidadão do Paraná, que uma reunião marcada, Deputado Fadel, uma reunião marcada, chamada a imprensa, os Parlamentares, que aqui estaria o Ministro dos Transportes, a reunião convocada tenha sido desmontada por pressão do PT. Por quê? É a ideologia, é a paixão ideológica se sobrepondo ao interesse público, porque não há discussão. Nós podemos discutir o modelo de pedágio, podemos e devemos, agora atrapalhar a delegação das rodovias? Você atrapalhar a delegação dos lotes rodoviários para o pedágio por motivo ideológico, *porque não serve, porque o modelo anterior era do Tarcísio*, que quem sabe pode vir a ser candidato a Presidente, então não pode dar essa moral, ou porque tem um ranço do Governo anterior, ou porque o Lula na campanha falou que o pedágio no Paraná seria baratinho. Pode-se e deve-se discutir o modelo. Agora, atrapalhar a delegação por motivo ideológico! É preciso maturidade de todos os lados. Vem aí uma nova Frente do Pedágio, espero eu, mas que essa Frente do Pedágio seja adulta e pronta à discussão, sem que ela seja feita de maneira juvenil.

Deputado Anibelli Neto (MDB): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Por favor, Deputado Anibelli.

Deputado Anibelli Neto (MDB): Gostaria de parabenizar pelo seu encaminhamento. Acho algo extremamente objetivo e que, sem sombra de dúvidas, mostra o que é possível fazer. Este Parlamentar participou da primeira Frente Parlamentar, que fez um trabalho magnífico e que evitou a renovação automática dos pedágios. No mandato passado, também participamos dessa

Frente Parlamentar, que foi fundamental para pressionar o Governo Estadual para mudar, e eles entenderam que era melhor para sociedade, e lá também se resolveu. Agora, por uma questão jurídica, se é Frente, se não é Frente, todos nós Parlamentares temos as nossas prerrogativas, temos a nossa condição de subir na tribuna quantas e quantas vezes quisermos para cobrar, sugerir, e é isso que temos que fazer. Agora, independente de quem fale e de quem não fale, temos que ter uma consciência enquanto paranaenses, enquanto cidadãos paranaenses, que isso tem que ser resolvido, porque a safra está acontecendo, os caminhões estão passando, os buracos aumentando e isso vai estourar no colo de todos, não de Governo “A”, Governo “B”, é um prejuízo para toda sociedade. Por isso que é importante às vezes ter a humildade, dar um passo atrás, mas que tudo aconteça, e mais uma vez esta Assembleia Legislativa seja parceira da população paranaense cobrando, exigindo que as coisas aconteçam. Muito obrigado.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Um aparte, Deputado Denian.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Concordo. Já lhe passo a palavra, Deputado Evandro. Quero cumprimentar o Deputado Anibelli e dizer que concordo com ele. Deputado Evandro.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Denian, acho que as manifestações de V.Ex.^a nos levam a ter uma sensação de que V.Ex.^a está extremamente interessado e, na minha opinião, bem intencionado em debater o tema do pedágio, mas queria dizer a V.Ex.^a que procurasse conhecer um pouco mais o trabalho que foi realizado nesses últimos quatro anos em relação à Frente Parlamentar. Fizemos um trabalho muito importante mobilizando a sociedade paranaense, o setor produtivo, e com uma preocupação técnica. Fomos ao Tribunal de Contas da União e a assessoria técnica, a Secretaria Técnica do Tribunal de Contas da União apontou mais de 30 pontos de fragilidades no modelo então apresentado. Então, quero fazer uma menção à fala do Deputado Ricardo Arruda, que absolutamente colocou a Frente Parlamentar anterior em um absoluto descrédito; não é possível ignorar o trabalho que foi feito nos últimos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Denian, por favor, para concluir.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Para concluir.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Só para concluir, Deputado. Agradeço demais o aparte. O Deputado Ricardo Arruda praticamente nunca participou de uma reunião e veio aqui hoje colocar em um absoluto descrédito a Frente Parlamentar que se encerrou. Acho que não precisamos levar as coisas para esse ângulo. O trabalho foi importante e, na minha opinião, precisa continuar sendo.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Em momento algum desvalorizei o trabalho da Frente Parlamentar do Pedágio. O que digo é o seguinte, a Frente agora acabou e precisamos formar uma nova, para trabalhar no sentido de buscarmos uma solução efetiva e sobretudo madura quanto ao tema do pedágio no Estado do Paraná. Agradeço, Sr. Presidente.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Terminou? Gostaria de contribuir um pouco aqui, Denian, Deputado. É que acabei de receber aqui um vídeo da 277, no litoral, que afundou, está com rachaduras enormes. Então, é importante... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Por favor, para concluir.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): ... termos o quanto antes essa Frente Parlamentar e o quanto antes discutirmos essa questão tão importante do pedágio. Está aqui uma rachadura enorme, afundada a 277, no litoral.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Pela Liderança do PP, com a palavra o Deputado Soldado Adriano José.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados e público que nos assiste pela *TV Assembleia*, subo a esta tribuna para dizer do meu orgulho de ter trabalhado na Polícia Militar do

Estado do Paraná por 11 anos. Sem dúvida, uma das melhores fases da minha vida. A Polícia Militar do Paraná, com 168 anos de existência. Inclusive, no País, hoje, muitas empresas copiam o modelo da Polícia Militar para se sustentar, e muitas estão ainda com as portas abertas, e tem toda uma questão de gestão baseada na Polícia Militar. Dizer que a Polícia Militar, mesmo diante das dificuldades, presta um trabalho de muita excelência e muita qualidade e não tenho dúvidas, tenho muita certeza para afirmar que a nossa Polícia Militar aqui do Estado do Paraná é a melhor Polícia Militar do Brasil. E também tenho propriedade para dizer que a nossa Polícia Militar é uma polícia cidadã, trabalhando ali sempre próximo da população, trabalhando sempre próxima do cidadão de bem, com profissionais técnicos altamente capacitados e preparados, mulheres e homens, praças e oficiais que envergam a farda da polícia, saem das suas casas todos os dias. As pessoas, esses profissionais que usam a farda da Polícia Militar são pessoas normais, iguais a nós – muitas vezes parece que não, mas são. Muitas vezes alguns que se dizem entendedores de segurança pública tacham essas pessoas como se fossem seres anormais, mas são pessoas que saem das suas casas, deixam as suas famílias para defender a minha família, para defender as nossas famílias, defender nós Deputados e Deputadas que estamos aqui, defender inclusive, se necessário for, com o sacrifício da própria vida. Trabalhando de dia, de noite, de madrugada, com frio, com chuva, nas regiões de divisa de Estado, com muitas apreensões de drogas, munições e armas, que não servem só apenas para aumentar a criminalidade aqui no Estado do Paraná, que vão inclusive para outros estados, e a nossa polícia faz o enfrentamento com muita seriedade e com muita responsabilidade. Saem de casa para enfrentar traficantes, homicidas, estupradores, quadrilheiros, e tivemos um caso recente em Guarapuava. Vejam o que os criminosos fizeram em Guarapuava e, graças à Polícia Militar, à Polícia Civil, ao Exército, às forças de segurança, conseguiram acalmar os ânimos e dominar a situação contra os criminosos ali em Guarapuava. Policiais militares que saem de casa para enfrentar facções criminosas, e sabemos que no nosso Estado existem muitos faccionados, criminosos com altíssima periculosidade. Subir a uma tribuna igual vi o Deputado

Renato Freitas subir e fazer uma fala totalmente sem embasamento, sem uma argumentação séria, apenas e tão somente do ponto de vista dele, não tem nada técnico. O Deputado tem que ter responsabilidade quando sobe aqui nesta tribuna para falar, e muito mais responsabilidade ao falar da Polícia Militar do Estado do Paraná. *A Polícia Militar mata. A Polícia Militar do Estado do Paraná executa.* Só vejo a Polícia Militar aqui no Estado do Paraná em troca de tiros contra bandidos, contra criminosos, nunca ouvi falar que um trabalhador, um empresário, um agricultor, um pai de família entrou em confronto com a Polícia Militar e a Polícia Militar acabou reagindo. A Polícia Militar que sempre procura agir em legítima defesa, no estrito cumprimento do dever e em estado de necessidade. Todas as ações dos policiais militares, principalmente em troca de tiros, quem acompanha é a Justiça - acompanha essas ações 100%. Não é a Polícia Militar quem acompanha,...

Deputado Gugu Bueno (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): ... é a Justiça aqui no Estado do Paraná quem acompanha. Então, particularmente, só vejo troca de tiros da Polícia Militar contra bandidos. Na minha opinião pessoal, opinião do Soldado Adriano José, bandido que troca tiros com a Polícia Militar, o melhor lugar para ele é no cemitério. Repito, no cemitério. Não é nem na cadeia! Como disse, o Deputado tem que ter responsabilidade aqui no que fala e, depois da fala do Deputado Renato Freitas, não ficarei surpreso se ele subir na tribuna nos próximos dias aí para defender traficante, estuprador e até mesmo faccionados. Particularmente, sempre subirei nesta tribuna para defender o cidadão de bem, o pai de família, o trabalhador e os nossos profissionais da área da segurança pública.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Por gentileza, Deputado Gugu.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Obrigado, Deputado Adriano. Quero usar este espaço durante a sua fala, o seu pronunciamento para deixar registrado o nosso

entendimento. O nosso entendimento é muito simples: Temos a melhor Polícia Militar da federação. A Polícia Militar do Paraná, a nossa gloriosa Polícia Militar é um exemplo e motivo de orgulho para todos nós. Na semana passada, estávamos com o Governador Ratinho Júnior lá na região Oeste do Paraná e inclusive recebemos por parte de entidades da cidade, entidades da região Oeste do Paraná um ofício parabenizando a atuação firme da nossa gloriosa Polícia Militar, hoje comandada pelo nosso Cel. Teixeira, até o ano passado comandada pelo nosso Cel. Hudson, que hoje é o Secretário da Segurança Pública do Paraná. Quero dizer e deixar claro a todos que nos ouvem neste momento que temos a melhor Polícia Militar do nosso Brasil, porque temos dentro da nossa corporação homens e mulheres que dão verdadeiramente a sua vida para defender o cidadão de bem. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Finalizo com uma frase célebre que diz o seguinte: A única coisa necessária para o triunfo do mal é que os homens bons não façam nada. Temos muitos homens bons neste Estado que estão na Polícia Militar, na Polícia Civil, no Corpo de Bombeiros, na Polícia Penal, na Polícia Científica, estão trabalhando enquanto agentes de segurança socioeducativos, prestando um trabalho de muita excelência e muita qualidade. Deixo registrado o meu carinho, respeito, gratidão e admiração às Forças de Segurança aqui do Estado do Paraná. Seria isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): O Deputado Gugu Bueno declinou, então agora, pela Liderança do União Brasil, com a palavra o Deputado Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, pretendo ser o mais breve possível, até para não atrapalhar o evento esportivo que acontece depois da Sessão. Ouvi e tenho ouvido com muita atenção um assunto que conheço bem, que é o pedágio. E temos que entender que este é um momento de muito equilíbrio, de muito bom senso para que não cometamos erros ou erremos o menos possível. Imaginar que não teríamos saudades do pedágio é

bobagem, porque está todo mundo com saudades do pedágio! Onde você anda está todo mundo com saudades do pedágio. As pessoas às vezes não têm coragem de dizer isto, mas estamos com saudades do pedágio, sim. O que temos que entender é que na nossa vida existem coadjuvantes e protagonistas. De nada vai nos adiantar aqui nesta Casa, tão bem presidida pelo nosso Traiano, discutirmos se cabe a esta Comissão, se cabe àquela, se cabe a esta Frente ou àquela resolver um problema que não cabe a nós resolvemos, porque nós somos, e com muito orgulho, todos coadjuvantes. Podemos sim ajudar, orientar, auxiliar, mas vamos continuar sendo coadjuvantes, feliz ou infelizmente. Protagonistas, protagonistas são poucos. Eles sim têm o papel de ouvir, de pensar, de escolher, de refletir e ver o que é melhor para o nosso País e para o nosso Estado. Não podemos mais continuar correndo riscos contra o tempo. A pior obra é aquela que não existe, essa é a pior obra de todas. E hoje as obras não existem. Arrisco-me a dizer, Deputado Anibelli, e conversava há pouco com o Deputado Romanelli, que bom que ele está por aqui, vamos ter muitas dificuldades em encontrar investidores de peso que queiram investir nas obras do pedágio. Se não forem investidores como são hoje na sua grande maioria, investidores internacionais, teremos dificuldades, sim. Mas volto onde queria bater firme, nos coadjuvantes e nos protagonistas. Protagonista maior nosso, hoje, quer queiram uns, quer queiram outros, o nosso protagonista maior é o Presidente Lula, que foi legitimamente eleito para governar o País. Juntamente com ele, o seu Ministro de Transportes, o Ministro Renan, como também o nosso Governador Ratinho, os seus Secretários. São esses, sim, protagonistas. Cabe a eles a decisão, cabe a eles decidir qual é o melhor caminho para este problema que se arrasta há muitos anos, e um problema que deveria ser solução e não problema. No mundo inteiro, hoje, temos o pedágio. Existem cidades na Europa onde você, ao mudar de bairro, sair daqui e ir ao Boqueirão, você já paga o pedágio sem saber; você só passa e automaticamente a maquininha te fotografa e no final do mês, na conta do seu cartão de crédito ou na placa do seu carro, vem a conta do pedágio, porque o poder público dificilmente tem recursos para atender a essa demanda incrível das nossas estradas, das nossas ruas. O número extraordinário de carros, de

caminhões, o peso dos caminhões, ainda mais na nossa safra agora - sem crítica alguma a quem quer que seja, mas os caminhões, pela ausência de balanças, levam quatro ou cinco vezes mais peso do que poderiam. Qual asfalto suporta isso? Nenhum! Então, é a hora de paramos com as *pequenices* da política. Recordo-me aqui do Deputado Arilson, a quem tenho uma estima extraordinária e o considero como amigo, não como parceiro de Plenário, dizendo: *Vamos governar juntos*. O Governo Federal está com as portas escancaradas para o Governo Estadual para que isso aconteça, para o bem do Estado e do País. Olha, não quero ser ingênuo ao extremo, não, mas acredito nisso. Por que isso não pode acontecer? Por que largarmos uma bomba-relógio no colo do Presidente, para saber se o pai da criança é Pedro, é João ou Manoel? Não compete a ele. Temos que aqui encontrarmos os caminhos. Nós, coadjuvantes, temos que indicar aos nossos protagonistas a verdadeira decisão. Olha, com toda a franqueza, acho que temos competência para isso. Temos verdadeiros líderes nesta Casa, pessoas experientes que podem levar a bom termo este tema tão difícil. Quero crer que juntos haveremos de encontrar o melhor caminho; quero crer que sem ou com a Frente vamos resolver ou ajudar os nossos protagonistas a tomarem decisões. A Frente fez um trabalho extraordinário, viajou pelo Paraná inteiro, ouviu, fez reuniões, Audiências Públicas, mudou, alterou. Puxa vida, temos que cumprimentá-los, pois assim o fizeram! Vamos continuar com isso até quando? Até que tenhamos que plantar bananeiras e coqueiros no meio do asfalto, como aconteceu outrora? Não. O momento de decisão é agora, com equilíbrio, com bom senso e sem ódio. Não adianta o rancor nesta hora, não adianta comparações, Deputado, com Santa Catarina. O pedágio de Santa Catarina e piada é a mesma coisa. O pedágio na Bahia e piada é a mesma coisa. Não queremos isso. Ou queremos?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Nelson, por favor, para concluir.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Já vou concluir. Essa história de baixar a qualquer custo não existe. Nem o próprio Governador Requião, que dizia *ou*

abaixa ou acaba, que pode ter sido considerada uma bravata, mas ele tentou baixar. Ou vai dizer que ele não queria baixar? Não deu, não conseguiu, porque as leis, a garantia legal não o permitiu. Então, é chegado o momento do equilíbrio, do bom senso e não da conversa fiada. Parabéns, Presidente, pelas decisões difíceis, eu que já estive por tantas vezes sentado nessa cadeira e tive que tomar decisões também difíceis, mas em benefício da Casa. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Som para o orador.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Seguramente vai cumprir com o seu papel de uma maneira respeitosa e educada. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de São Pedro do Ivaí, Sr. Marcos José Barbosa, por solicitação da Deputada Cloara. Seja bem-vindo. Próximo orador, pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, quero registrar aqui o dia histórico na CCJ hoje: tivemos uma Sessão presidida pela Deputada Mabel Canto e, como Vice-Presidente, Deputada Flávia Francischini. As mulheres quase que na sua totalidade comandando a pauta da CCJ. Sinceramente, foi algo bonito de ver, bacana. Parabéns, Deputada Mabel, que comandou com muita capacidade e competência. Parabéns ao Deputado Tiago, nosso Presidente da CCJ, pela brilhante iniciativa de V.Ex.^a. Realmente, um dia marcante para todos nós. Senhor Presidente e demais colegas, Deputado Renato Freitas, tenho um apreço especial por V.Ex.^a, sempre que posso procuro tentar ajudar nas causas que V.Ex.^a defende. O senhor é muito jovem, é preciso que o senhor reflita, porque V.Ex.^a cometeu um erro hoje muito grave. Aceite o meu conselho. Tenho 57 anos de idade, fui Vereador, fui Prefeito e hoje sou Deputado. A generalização é burra. Vossa Excelência cometeu esse erro quando colocou como um todo a Polícia. Não é assim. Temos ótimos policiais no Estado do Paraná, que defendem a sociedade, que colocam a sua vida em risco, e não é justo isso. Esses próprios bons policiais são os primeiros que querem que os maus policiais sejam

extirpados da Polícia. Portanto, não é justo. Quero que V.Ex.^a reflita com a maior tranquilidade possível e pense bem; até amanhã, quem sabe, o senhor possa fazer aqui uma retratação. A sua causa não está errada, mas quando o senhor generaliza... O senhor está entendendo? É só nesse aspecto que quero colocar para V.Ex.^a. Sou de um tempo em que as mães, quando elas queriam causar algum tipo de medo, elas diziam para as crianças assim: *Olha a Polícia lá!* Esse tempo mudou. Hoje temos o Proerd nas escolas, hoje temos uma ação efetiva das polícias junto à sociedade, participando do nosso dia a dia. Mudou totalmente. Então, não posso ir para casa hoje, não posso, a minha consciência não permite que eu vá para casa hoje, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, sem dizer isso para V.Ex.^a. Mas sempre com respeito, sempre respeitando todos os Deputados que estão aqui. Não posso ir para casa. Tenho muito orgulho da nossa Polícia do Estado do Paraná. *Salve, salve Milícia querida!* Eu tenho orgulho quando escuto o Hino da Polícia Militar do Paraná, porque sei que eles estão lá para defender a sociedade. Senhor Presidente, em relação aqui... Ficou um celular aqui, só para lembrar, deve ser do Deputado Nelson Justus. Só para dizer o seguinte, a nossa questão do pedágio, Sr. Presidente, estamos debatendo faz muito tempo. A temperatura subiu, desceu, sobe, desce. Depende do dia! Sabemos que é assim, e temos que respeitar as mais variadas opiniões que temos aqui dentro. Às vezes já subiu a minha temperatura, já fui um pouco deselegante com alguns; já pedi desculpas, tenho essa virtude. Mas acho que o grande avanço que tivemos aqui, o Deputado Anibelli falou muito bem, foi termos encerrado aquele modelo passado, não ter renovado naquelas condições. É que não lembramos mais, mas havia uma pressão muito forte para renovar aquele modelo e não renovamos, porque aquele modelo era nocivo ao Estado do Paraná - tarifas terríveis, sem obra nenhuma. Então, já foi um primeiro grande avanço. Temos que reconhecer o trabalho? Temos que reconhecer o trabalho que V.Ex.^a e os demais colegas fizeram. Eu reconheço também. Só que agora chegamos em um período que temos pressa, temos pressa. Gente, quem que aguenta ficar quatro horas em uma rodovia? Ou estou errado? Deputada Mabel, Deputado Fadel são testemunhas, quando vamos para Ponta Grossa, dependendo do que acontecer, ficamos quatro horas parados.

Vocês sabem disso. Quem que aguenta a 376? Quem que aguenta a 277? Então, assim, a população tem pressa. Não é uma questão política aqui, é uma questão de sobrevivência. Agora está vindo a safra. Então, o que quero dizer para V.Ex.^{as}? Precisamos dessa pressa, precisamos da ajuda de todos, precisamos da colaboração de todos os atores que fazem parte deste processo. Este problema nas estradas não é culpa do Governo Lula. O Governo Lula entrou agora. Nós sabemos disso. Inclusive, na minha região de União da Vitória, nunca pensei que isso iria acontecer, a 476, Sr. Presidente, e a 153, que trazem toda a carga do Oeste de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, estão pedindo: *Pelo amor de Deus, queremos pedágio*. Nunca pensei que isso iria acontecer. Estão pedindo. O Deputado Romanelli é testemunha disso, porque encontrou o Prefeito de General Carneiro no aeroporto, que é uma cidade muito próxima, e existe esse clamor. Então, o que eu queria pedir? Acho que está na hora de tentarmos construir. Sou sempre a favor do consenso, tentar avançar em relação a essa pauta. Quero construir, estou aqui para ajudar e o que eu puder fazer, vou fazer. Muito obrigado e um forte abraço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Antes da fala do Deputado Arilson, faço a leitura aqui da **Mensagem n.º 17/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 95/2023) que altera e acrescenta dispositivo na Lei 17.044, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a taxa de fiscalização e serviço da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná. Com a palavra Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhores Deputados e Sr.^{as} Deputadas, pressa, um termo comumente usado pela Base do Governo nos últimos dias. O medo virou pressa. Não achava que os dois eram sinônimos. A Lei n.º 20.668 foi aprovada nesta Casa no dia 19 de agosto de 2021, autorizando o Estado do Paraná a firmar convênio com a União para ceder as rodovias. Exatos 480 dias, mas o Governo resolveu ter pressa agora. Andava junto com o Presidente da República, de mãos dadas, e se orgulhava em dizer isso. Quatrocentos e oitenta

dias não existia pressa, existia medo de se fazer o pedágio caro na época da eleição e atrapalhar o seu resultado eleitoral. Era isso. E agora, com a sua poderosa máquina de marketing, quer dizer que o Paraná tem pressa. O Paraná sempre teve pressa. O que não temos agora é que fazer com que a pressa daqueles que não tiveram pressa quando deveriam ter prejudique o Paraná nos próximos 35 anos. Nós precisamos arrumar as rodovias? Claro que sim, até porque o Governo do Estado não fez a sua parte, até porque o Governo Federal passado não fez a sua parte. Se as rodovias estão com problemas, não é por causa de 60 dias, mas sim de 480 dias sem serem cuidadas, sem terem investimentos. Só tiveram propagandas. Ou vocês esqueceram aquele que colocou o totem em cima de cada praça do pedágio dizendo assim: *Acabou o pedágio*. Mas agora ele quer o pedágio, como em um passe de mágica, achando que o povo do Paraná tem memória de peixe, que esquece rapidamente o seu passado. Não sou contra o pedágio, sou contra que o Paraná seja mergulhado mais uma vez na mesma história dolorosa, afliciosa que matou o desenvolvimento econômico e ceifou muitas vidas. Por isso tive uma derrota aqui hoje no Regimento ou, melhor, em uma manobra de Regimento, que não vou falar. Mas, tenho orgulho de dizer que, desde que o Lula assumiu, estamos tendo vitória sobre o modelo do pedágio. No dia 6 de janeiro, antes do fatídico 8 de janeiro, que fez aquela situação vergonhosa para a democracia, acompanhado com o Deputado Romanelli, estive com a Presidenta Nacional do PT e com o Secretário da Casa Civil, Mauricio Muniz, para discutir o pedágio, preocupado com o modelo. O modelo de edital era um só: Aporte do 1% já de desconto e toda aquela história que sabemos, que se construiu com o Bolsonaro, com o Tarcísio, com o Ratinho e com o Sandro Alex, o quarteto fantástico que quer colocar o Paraná nas mãos do grande mercado de interesse das pedageiras. Aquele Governo que está aqui hoje e que está fazendo acordo de leniência para arrumar novas obras, e não está arrumando as passadas. Quero aqui dizer que naquele dia 6 saí animado, porque se encontrou diálogo de um Governo que não fazia pressão sobre o Governo daqui, que queria solucionar os problemas. No dia 9 de fevereiro, estivemos com o Ministro Renan e a primeira coisa que falamos para ele é que aquele modelo de

aporte do jeito que estava não dava. Assim se começou uma discussão, e aumentar a taxa de desconto do 1%, e apareceu agora o 12%. O 12% não caiu do chão, não apareceu do nada, o 12% é o estudo do Tribunal de Contas da União, que garante que se não tiver 11,75% no mínimo de desconto o pedágio vem mais caro que o outro. Um avanço da Frente Parlamentar, dos 54 Deputados aqui, mas de um Governo Federal que de verdade dialoga e não coage. O Governo daqui do Estado do Paraná ficou submisso aos interesses do Bolsonaro e não tinha coragem de dizer não, mas agora ele não precisa fazer isso, ele encontra diálogo. O Governador foi lá, foi recebido. Estivemos ontem, no dia 6 de março, com o Ministro Rui Costa, que foi sensível. Aliás, quero agradecê-lo pela aula de sensibilidade e, mais do que isso, por postura de estadista. Falou assim, o Deputado Romanelli estava comigo, junto com o Ênio, com a Gleisi e com o Doutor Fayet: *Quero conversar com todo mundo junto. Quero ajudar a fazer que o pedágio vire uma solução e não um problema, como foi para o Paraná. Quero rever a quantidade de tráfego, porque vocês estão mostrando aqui para mim que tem superfaturamento de números.* Aliás, a Socipar apresentou um estudo que tem 70% a mais. Mais tráfego, tarifa mais baixa. Colocou também que as obras não podem ficar no modelo que está lá hoje do contrato, para iniciar no segundo ano, tem que iniciar no primeiro, porque senão eles ficam ganhando dois anos consecutivos e não fazem as obras, só faz para carpir e tapar buraco nesses dois primeiros anos. Falou ainda de fazermos mais esforços para aumentar a curva, para tirar do 12% e levar para cima, para ter mais desconto ainda. Falou do uso exclusivo do aporte para garantir que as obras aconteçam. Hoje o aporte pode ser usado para cinco finalidades, desde indenização à concessionária, a pagamento de seguro usuário e outras coisas mais. Ele falou: *Se for pelo modelo do aporte, temos que usar o aporte para garantir que as obras aconteçam. E quando as obras forem feitas, devolvemos o aporte e ele não custa na tarifa.* E nós estamos defendendo uma coisa parecida, que é o uso da letra do Tesouro Nacional como caução. As duas coisas são caução. Mas qual é o avanço? Aqueles bilhões que vão ser dados em lance não vão ser base de cálculo da tarifa, vai reduzir o valor. Colocou também que tem que ser feita a licitação dos outros lotes juntos, porque

os lotes um e dois são os mais interessantes; caso ocorra só o um e o dois juntos, só o filé mignon, pode haver poucos interessados nos outros, e a maioria das praças estão nos outros. São 12 praças nesse lote e 30 nos outros que estão lá. Então, temos que tomar cuidado. E disse bem claro que temos que revisar a tarifa básica do edital que está posta hoje. Falou que não há esforço que não será feito, que enquanto se puder baixar a tarifa, enquanto puder produzir segurança para as obras acontecerem, o Governo Federal vai fazer, independente do que os outros pensem aqui. Ele está sensível da celeridade que temos que ter, mas ele está prudente em não enfiar o Paraná em 35 anos de um contrato falacioso. Vitória do Paraná! O que se conseguiu em 60 dias, em quatro anos não foi feito. Ou vocês esqueceram que o Governo do Paraná assinou um termo de entendimento em 13 de agosto de 2019 e está desde 2019 até 2021 debatendo secretamente com o Governo Federal o pedágio do Paraná? O pedágio só veio a público quando teve obrigação de ser apresentado, no começo de 21. Vinte Audiências Públicas da Frente Parlamentar, e quero aqui saudar todos os Deputados, sem distinção de Partido, sem distinção de ser Governo ou Oposição. Fizemos as denúncias que cancelaram o modelo de outorga, e agora vamos lutar juntos para mudar o modelo de aporte. Se for uma escolha que tem uma demanda judicial, se pode ser acatada a letra do Tesouro Nacional ou o aporte, que ambos fiquem só para as obras e que seja devolvido ao final, assim teremos um pedágio mais barato. E é esse o nosso compromisso. Deputado Hussein, se alguém estendeu a mão para o Estado, foi o Governo Federal e foi a minha pessoa. Nunca me recusei a conversar, só que não posso dizer que vamos nos intimidar com ameaça do Governo do Estado. Aliás, a postura do Governo em falar isso é ruim para o diálogo franco que está tendo. Esqueçam isso. Estamos aqui para solucionar o problema. O pedágio não é problema do Ratinho mais, não é problema do Lula, é problema de todos nós, sempre foi. Era do Bolsonaro, era do Ratinho, do povo do Paraná, e continua sendo. Se não entendermos isso, não vai avançar. E hoje, de verdade, mais do que nunca, tem coisas na vida que nos fazem abrir o olho, e entendi muito do que está acontecendo desde o começo do ano para cá. Postura desse tipo, postura agressiva, postura de ameaça nunca construiu nada. Todas as

soluções da história do Brasil que deram certas, governos, independente de partidos, foram construídas no diálogo. Tem que sentar e dialogar. Sou a favor. Se inclusive V.Ex.^a quiser, marco audiência, vou com o Governador e vou sentar com o Ministro da Casa Civil, todo mundo junto, os Deputados, todos os Deputados que quiserem, com os Ministérios, e vamos resolver. O que não dá é para ficarmos no discurso falando que vai fazer uma coisa e depois, das outras formas que vimos hoje aqui, fazer outra. Chega, tudo tem limite! Tudo tem limite. As rodovias precisam de zelo, precisam de investimento e a primeira coisa que tratamos na reunião ontem, não é, Deputado Romanelli, foi que o Governo Federal, via DNIT, comece a aplicar os 700 milhões para tapar os buracos. Porque, independente do modelo ser apresentado esta semana ou na semana que vem, ou daqui um mês, não vai dar tempo de começar os pedágios funcionarem e acabar com o problema. Então, tem que ser feita a manutenção. E o Governo do Estado tem que entender isso. A eleição já acabou, o Lula já ganhou a eleição. Tem que aceitar esse entendimento e tem que entender que está... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Se não tivesse boa vontade, o Presidente do PT, que é o partido que governa aqui, que tem sete Deputados e Deputadas, não estaria aqui falando isso. Se vocês querem de fato resolver o problema do Governo, do povo paranaense, a hora é agora. A hora é agora de entender que o objetivo é o mesmo. A propaganda que vejo do Governo é que quer pedágio barato e que quer obras. A nossa sempre foi essa. A Frente Parlamentar sempre quis isso, nunca quis nada diferente. E não existe essa história de pedágio caipira. Ninguém aqui defendeu um pedágio sem obras. Parem com esse discurso falho. Ouçam a voz da rua. Se não ouvir a voz, saia no asfalto e sinta os buracos, o mato e veja quanto estão empurrando o povo paranaense para o perigo, por falta de diálogo ou de aceitar um diálogo franco e fraterno. À disposição, em nome do Lula, para resolver o problema no Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Projetos que necessitam de Apoioamento. Um Projeto de Lei de autoria da Deputada Flávia Francischini, que determina a substituição dos sinais sonoros nos estabelecimentos de ensino no Estado do Paraná, a fim de evitar possíveis incômodos sensoriais aos alunos com transtorno do espectro autista...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, *pela ordem*. Esqueci de anunciar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Empolguei-me um pouco na fala. No dia 16, tem marcado uma reunião no Ministério da Casa Civil para retomar as conversas sobre o pedágio. Se algum representante aqui da Casa quiser ir junto, ou do Governo do Estado, está aberto o convite.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado. Com certeza os Deputados vão aderir a esse convite. Dia 16 de março. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL),

Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhrer (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) (52 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa: Marcel Micheletto (PL), conforme art. 97 inc. II e IV do Regimento Interno (1 Parlamentar); Deputado ausente sem justificativa: Professor Lemos (PT) (1 Parlamentar).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: *(Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.)*

Autuado sob o n.º 87/2023, da Deputada Flavia Francischini, que determina a substituição dos sinais sonoros nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná a fim de evitar possíveis incômodos sensoriais aos alunos com transtorno do espectro autista (TEA); **Autuado sob o n.º 88/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que obriga as empresas de central de atendimento a disponibilizar para seus colaboradores um canal de denúncias de assédio sexual, homofobia e xenofobia, conforme especifica; **Autuado sob o n.º 89/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Maria Aparecida Borghetti.

Projeto de Resolução: *(Com apoio e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.)*

Autuado sob o n.º 4/2023 da Comissão Executiva, que denomina Deputado Duílio Genari a galeria do 1.º balcão e Deputado Gilberto Carvalho a galeria do 2.º balcão, localizadas no Plenário Deputado Waldemar Daros.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Apoiados.

Passamos aos Itens da pauta.

(Procedeu-se à votação simbólica da Redação Final.)

ITEM 1 – Redação final do Projeto de Lei n.º 192/2022, de autoria Deputada Maria Victória e Deputado Tercílio Turini, que institui a Rota Turística da Lavanda no Estado do Paraná. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

ITEM 2 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 464/2021, de autoria do Deputado Do Carmo e da Deputada Cristina Silvestri, que institui a Campanha Permanente de Combate a Importunação Sexual no Transporte Rodoviário Coletivo Intermunicipal de Passageiros no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Segurança Pública, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo Geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno o Substitutivo Geral aprovado em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto "sim".

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Oposição voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendente o voto do Deputado Arilson, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho,**

Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Thiago Bührer e Tiago Amaral (49 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Marcel Micheletto, Professor Lemos, Ricardo Arruda e Tercílio Turini (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Substitutivo Geral.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 33/2022, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que autoriza o Transporte de Animais Domésticos no Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Substitutivo Geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão o Substitutivo Geral. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nosso voto é “sim”.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem, Deputado Romanelli.*

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Quero só informar aos Deputados que integram a Bancada do PSD que, em função do adiantado da hora, a reunião da nossa bancada ficou para amanhã, quarta-feira, às 11 horas. E, como a nossa bancada é uma bancada que tem 16 parlamentares, faremos na sala da 1.^a Secretaria, para utilizar o espaço físico. Amanhã, às 11 horas da manhã, reunião da Bancada do PSD na 1.^a Secretaria. Muito obrigado.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela Ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela Ordem, Deputado Alexandre Amaro.*

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Presidente, queria só solicitar ao senhor os microfones aqui das duas fileiras detrás, que os nossos amigos estavam ansiosos para falar - o Buhrer, o Adão - e estão sem microfones ali na mesa, mas se na semana que vem conseguirmos para pedir *Pela Ordem* sentadinhos ali, agradecemos. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Alexandre Amaro sempre prestando serviços relevantes à Casa. Peço à nossa equipe que coordena o som aí, por favor, tomem providências. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (47 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Artágão Junior, Goura, Marcel Micheletto, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos e Tercílio Turini (7 Deputados).]** Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^o 2/2023, de autoria da Deputada Mabel Canto, Deputado Ademar Traiano, Deputado Alexandre Curi, Deputada Ana Júlia, Deputada Cristina Silvestri, Deputada Maria Victória, Deputada Cantora Mara Lima, Deputada Luciana Rafagnin, Deputada Flávia Francischini, Deputada Márcia Huçulak, Deputada Marli Paulino e Deputada Cloara Pinheiro, que institui no Estado do Paraná O Prêmio Rosy De Macedo Pinheiro Lima. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados e Deputadas, após a Sessão Ordinária, hoje, às 19 horas, teremos uma Sessão Solene, principalmente às mulheres, solicitada pela Associação Comercial do Paraná. As mulheres da Associação Comercial prestarão uma homenagem a algumas mulheres paranaenses. Deixo aqui o convite para que, quem puder participar, por favor, esteja presentes. Ainda pendente os votos do Deputado Artagão, Deputado Delegado Tito, Do Carmo, Douglas, Deputado Gilberto Ribeiro, Goura, Romanelli, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Renato Freitas, Soldado Adriano e Tercilio Turini. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Gilberto Ribeiro, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos e Tercílio Turini (8 Deputados).]** Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 2/2023.**

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 606/2021, de autoria dos Deputados Homero Marchese e Ricardo Arruda, que altera o §1.^º do art. 1.^º da Lei n.º 19.293, de 13 de Dezembro de 2017, que isenta o doador de sangue ou de medula óssea do pagamento de inscrição em concursos públicos e processos seletivos realizados no âmbito dos poderes do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da

CCJ e da Comissão de Saúde Pública. Em discussão. Em votação. Como encaminha o voto os líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Estou encerrando a votação, Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Thiago Bührer e Tiago Amaral (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Evandro Araújo, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (11 Deputados).]** Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 606/2021.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Temos dois **Requerimentos**: **Requerimento n.^º 242/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando informações ao Chefe da Casa Civil, Sr. Carlos Ortega, conforme específica; e **Requerimento n.^º 254/2023**, dos Deputados Requião Filho, Goura, Arilson Chiorato, Ana Júlia e Doutor Antenor, solicitando informações aos Sr.^s Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega; Secretário de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, e o Diretor-

Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, conforme especifica. Pelas informações...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Existe consenso com os autores, Deputado Requião e Tito. Envio de expediente, pelo qual agradeço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como expediente.

Requerimento n.º 246/2023, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação da Redação Final para o Projeto de Resolução n.º 2/2023, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 235 e 236/2023, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o registro de menção honrosa aos Soldados Erdileu Prado dos Santos; e Edmar Aparecido Silva; **Requerimento n.º 237/2023**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo reparo e manutenção da PR-092, trecho entre o município de Jaguariaíva e a junção com a BR-153, próximo a Santo Antônio da Platina; **Requerimento n.º 241/2023**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Sr. Hudson Leônicio Teixeira, requerendo aumento de efetivo para o 4.º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, sediado no município de Maringá, com designação de efetivo para o município de Ivatuba; **Requerimento n.º 243/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o registro de votos de congratulações com menção honrosa ao Sr. Dobrandino Gustavo da Silva, aos valorosos préstimos aos municípios de Foz do Iguaçu; **Requerimento n.º 249/2023**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, sobre o

aprimoramento da transparência do Governo Estadual; **Requerimento n.º 250/2023**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de expediente à Ministra da Saúde, requerendo a inclusão do exame Trucheck dentro do protocolo de investigação diagnóstica de câncer de mama no Sistema Único de Saúde; **Requerimento n.º 253/2023**, dos Deputados Delegado Jacovós e Do Carmo, solicitando o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, requerendo esclarecimentos acerca da legalidade da base de cálculo da Taxa de Lixo do município de Sarandi.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Requerimento n.º 238/2023, dos Deputados Delegado Tito Barichello, Luiz Claudio Romanelli, Do Carmo, Cobra Repórter, Alexandre Amaro, Fábio Oliveira, Paulo Gomes, Soldado Adriano José, Samuel Dantas, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Thiago Bührer, Gilson de Souza, Flávia Francischini, Ney Leprevost, Luiz Fernando Guerra, Moacyr Fadel, Hussein Bakri, Márcia Huçulak, Ricardo Arruda e Cloara Pinheiro, requerendo a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a inserção das Organizações Criminosas (PCC, CV, PGC e outras) em Curitiba e Região Metropolitana; **Requerimento n.º 239/2023**, da Deputada Flávia Francischini, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 19/2023; **Requerimento n.º 244/2023**, dos Deputados Batatinha e Ricardo Arrida, solicitando a inclusão do Deputado Batatinha como coautor do Projeto de Lei n.º 49/2023, de autoria do Deputado Ricardo Arruda; **Requerimento n.º 245/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, solicitando a inclusão do Deputado Delegado Jacovós na coautoria do Projeto de Lei n.º 386/2021, de autoria dos Deputados Subtenente Everton e Alexandre Amaro; **Requerimento n.º 247/2023**, dos Deputados Goura, Ana Júlia, Requião Filho, Doutor Antenor, Professor Lemos, Luciana Rafagnin e Arilson Chiorato, solicitando a inclusão dos Deputados (as) abaixo relacionados como coautores (as) do Projeto de Lei n.º 448/2019; **Requerimento n.º 248/2023**, dos Deputados Goura e Professor Lemos, solicitando a inclusão do Deputado Professor Lemos como coautor do Projeto de Lei n.º 2/2018, de autoria dos Deputados Goura e Tadeu Veneri; **Requerimento**

n.º 251/2023, dos Deputados Tercílio Turini e Evandro Araújo, requerendo a inclusão do Deputado Tercílio Turini como coautor do Projeto de Lei n.º 57/2023, de autoria do Deputado Evandro Araújo; **Requerimento n.º 252/2023**, dos Deputados Professor Lemos, Cristina Silvestri e Ana Júlia, requerendo a inclusão da Deputada Ana Júlia como coautora do Projeto de Lei n.º 130/2018, de autoria dos Deputados Professor Lemos e Cristina Silvestri; **Requerimento n.º 255/2023**, da Deputada Ana Júlia Costa e dos Deputados Requião Filho e Hussein Bakri, requerendo a inclusão dos Deputados Requião Filho e Hussein Bakri na coautoria do Projeto de Lei n.º 86/2023, de autoria da Deputada Ana Júlia; **Requerimento n.º 256/2023**, dos Deputados Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Hussein Bakri, Ricardo Arruda, Marcel Micheletto, Márcio Nunes, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Soldado Adriano José, Gilberto Ribeiro, Douglas Fabrício, Alexandre Amaro, Gilson de Souza e Artagão Junior, requerendo a criação da Frente Parlamentar para acompanhamento dos novos Contratos de Concessão de Pedágio na Legislatura de 2023 a 2026; **Requerimento n.º 257/2023**, dos Deputados Arilson Chiorato, Anibelli Neto, Goura, Requião Filho, Evandro Araújo, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Tercílio Turini, Mabel Canto, Ana Júlia, Fábio Oliveira, Doutor Antenor e Renato Freitas, requerendo a continuidade das atividades da Frente Parlamentar sobre o Pedágio e sua criação na Legislatura de 2023 a 2026; **Requerimento n.º 258/2023**, dos Deputados Douglas Fabrício, Arilson Chiorato, Anibelli Neto, Denian Couto, Hussein Bakri, Cobra Repórter, Márcio Pacheco, Marcel Micheletto, Moacyr Fadel, Cristina Silvestri, Fábio Oliveira, Márcio Nunes, Flávia Francischini e Soldado Adriano José, requerendo que seja instalada a Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos; **Requerimento n.º 259/2023**, da Deputada Ana Júlia e dos Deputados Requião Filho, Arilson Chiorato, Doutor Antenor, Goura, Professor Lemos, Renato Freitas, Luciana Rafagnin, Márcia Huçulak, Tercílio Turini, Mabel Canto, Flávia Francischini, Marli Paulino, Evandro Araújo e Hussein Bakri, requerendo a criação da Frente Parlamentar de Proteção à Saúde Mental, pelo período de 2023/2026; **Requerimento n.º 260/2023**, dos Deputados Alexandre Amaro, Delegado Jacovós, Denian Couto, Márcio Pacheco, Cantora Mara Lima,

Delegado Tito Barichello, Douglas Fabrício, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Fábio Oliveira, requerendo a constituição da Frente Parlamentar em apoio e Defesa ao Paradesporto; **Requerimento n.º 261/2023**, dos Deputados Alexandre Amaro, Delegado Jacovós, Márcio Pacheco, Denian Couto, Samuel Dantas, Delegado Tito Barichello, Douglas Fabrício, Soldado Adriano José, Ricardo Arruda e Fábio Oliveira, requerendo a constituição da Frente Parlamentar em apoio e Defesa às Artes Marciais; **Requerimento n.º 262/2023**, da Deputada Luciana Rafagnin e dos Deputados Goura, Mabel Canto, Requião Filho, Doutor Antenor, Professor Lemos, Evandro Araújo, Cristina Silvestri, Arilson Chiorato Renato Freitas e Ana Júlia, requerendo a criação da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional; **Requerimento n.º 263/2023**, dos Deputados Evandro Araújo, Tercílio Turini, Anibelli Neto, Delegado Jacovós, Artagão Júnior, Adão Litro, Delegado Tito Barichello, Thiago Bührer, Marcel Micheletto, Douglas Fabrício, Professor Lemos, Requião Filho, Fábio Oliveira, Luiz Cláudio Romanelli, Luciana Rafagnin, Alisson Wandscheer, Cristina Silvestri, Márcio Pacheco, Gilson de Souza, Luiz Fernando Guerra, Hussein Bakri, Marli Paulino, Arilson Chiorato e Gugu Bueno, requerendo a criação da Frente Parlamentar da Reforma Tributária, a vigorar durante a Legislatura 2023 a 2026; **Requerimento n.º 264/2023**, dos Deputados Professor Lemos, Requião Filho, Arilson Chiorato, Ana Júlia, Luciana Rafagnin, Renato Freitas, Goura, Doutor Antenor, Evandro Araújo, Moacyr Fadel, Luiz Cláudio Romanelli, Cristina Silvestri e Tercílio Turini, requerendo a criação e o registro da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária perante a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa; **Requerimento n.º 265/2023**, dos Deputados Soldado Adriano José, Alexandre Amaro, Delegado Jacovós, Adão Litro, Ricardo Arruda, Matheus Vermelho, Flávia Francischini, Tiago Amaral, Luís Corti, Delegado Tito Barichello e Hussein Bakri, requerendo a criação da Frente Parlamentar de Apoio e Defesa dos Direitos dos Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores (CAC'S); **Requerimento n.º 266/2023**, dos Deputados Soldado Adriano José, Ricardo Arruda, Matheus Vermelho, Alexandre Amaro, Adão Litro, Delegado Jacovós, Paulo Gomes, Luís Corti, Delegado Tito Barichello, Hussein Bakri, Marcel Micheletto, Samuel Dantas, Cloara Pinheiro e Gilson de

Souza, requerendo a criação da Frente Parlamentar de Enfrentamento e Combate ao Abuso Infantil, a vigorar durante a Legislatura 2023 a 2026; **Requerimento n.º 267/2023**, dos Deputados Marcelo Rangel, Tiago Amaral, Hussein Bakri, Soldado Adriano José, Marcel Micheletto, Luís Corti, Batatinha, Artagão Júnior, Gugu Bueno, Marcelo Rangel, Cloara Pinheiro, Maria Victória, Gilberto Ribeiro, Marli Paulino, Ney Leprevost e Tercílio Turini, requerendo a criação da Frete Parlamentar de Inovação e Desburocratização; **Requerimento n.º 268/2023**, dos Deputados Márcio Nunes, Marcelo Rangel, Moacyr Fadel, Cobra Repórter, Gugu Bueno, Adão Litro, Delegado Jacovós, Alexandre Curi, Hussein Bakri, Tiago Amaral e Fábio Oliveira, requerendo a constituição da Frente Parlamentar da Engenharia, Agronomia, Geociências e da Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável do Paraná; **Requerimento n.º 269/2023**, dos Deputados Gilson de Souza, Soldado Adriano José, Alexandre Amaro, Cantora Mara Lima, Evandro Araújo, Cristina Silvestri, Adão Litro, Márcio Pacheco, Tiago Amaral, Maria Victória, Do Carmo, Samuel Dantas, Cloara Pinheiro, Tercílio Turini e Delegado Jacovós, requerendo a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, da Família, Cuidados e Prevenção à Drogas; **Requerimento n.º 270/2023**, dos Deputados Marcel Micheletto, Batatinha, Tiago Amaral, Gugu Bueno, Ademar Traiano, Maria Victória, Hussein Bakri, Luiz Fernando Guerra, Matheus Vermelho e Márcio Pacheco, requerendo a constituição da Frente Parlamentar para Acompanhamento da Renegociação do Tratado de Itaipú; **Requerimento n.º 271/2023**, dos Deputados Ney Leprevost, Delegado Jacovós, Hussein Bakri, Cantora Mara Lima, Goura, Márcio Pacheco, Gilson de Souza, Cobra Repórter, Cloara Pinheiro, Thiago Bührer, Adão Litro, Delegado Tito Barichello, Luiz Fernando Guerra e Paulo Gomes, requerendo a constituição da Frente Parlamentar da Medicina; **Requerimento n.º 272/2023**, dos Deputados Renato Freitas, Requião Filho, Goura, Luciana Rafagnin, Doutor Antenor, Tercílio Turini, Hussein Bakri, Ney Leprevost, Arilson Chiorato e diversos outros Parlamentares, requerendo a criação e o registro da Frente Parlamentar em Defesa da População em situação de rua, perante a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa; **Requerimento n.º 273/2023**, dos Deputados Delegado Jacovós, Alexandre

Amaro, Paulo Gomes, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Soldado Adriano José, Gilson de Souza, Maria Victória, Gilberto Ribeiro, Ney Leprevost, Hussein Bakri, Cloara Pinheiro e Samuel Dantas, requerendo a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Micro e Pequena Empresa, com finalidade até o final da presente Legislatura.

Justificativa de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a Sessão Plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 240/2023**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de março de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 8 de março de 2023, no horário regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final do Projeto de Resolução n.º 26/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 33/2022; 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 606/2021; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 638/2020, 478/2022, 1/2023 e 6/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h38, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)